

WALFREDO CUNHA CAMPOS

**CURSO COMPLETO de
PROCESSO
PENAL**

**Prefácio
Luiz Flávio Gomes**

2018

 **EDITORA**
Jus **PODIVM**
www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 164, Ed. Marfina, 1º Andar – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa e Diagramação: Marcelo S. Brandão (santibrando@gmail.com)

C198c Campos, Walfredo Cunha.
Curso completo de processo penal/ Walfredo Cunha Campos –Salvador: JusPODIVM,
2018.
1.360 p.

Bibliografia.
ISBN 978-85-442-1778-8.

1. Direito. 2. Processo penal. I. Campos, Walfredo Cunha. II. Título.

CDD 341.76

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

1114305

SUMÁRIO

Capítulo 1

Noções introdutórias de direito processual penal	61
1. Introdução ao Direito Processual Penal	61
1.1. Conceito de direito processo penal	61
1.2. Conflito de interesses entre o direito de punir e o direito à liberdade	61
1.3. Processo penal como garantia individual	62
1.4. Persecução criminal	62
1.5. Fontes do direito processual penal	63
1.6. Sistemas processuais penais	65
1.7. Lei processual penal no espaço	67
1.8. Lei processual no tempo	69
1.9. Interpretação e integração da lei processual	71
1.9.1. Interpretação da lei processual. Conceito. Classificação	71
1.9.2. Integração da lei processual	72
1.10. Princípios processuais penais	73
1.10.1. Conceito de princípio	73
1.10.2. Princípios processuais penais	73
1.10.2.1. Princípio da busca da verdade real ou material	73
1.10.2.2. Princípio da legalidade ou obrigatoriedade	74
1.10.2.3. Princípio da indisponibilidade	75
1.10.2.4. Princípio da oficialidade	75
1.10.2.5. Princípio da oficiosidade	75
1.10.2.6. Princípio da publicidade	76
1.10.2.7. Princípio do contraditório ou da bilateralidade da audiência	77
1.10.2.8. Princípio da ampla defesa	78
1.10.2.9. Princípio da iniciativa das partes, ou da demanda	86
1.10.2.10. Princípio do impulso oficial	86
1.10.2.11. Princípio do juiz natural	86
1.10.2.12. Princípio da identidade física do juiz	87
1.10.2.13. Princípio do promotor natural	87
1.10.2.14. Princípio do duplo grau de jurisdição	87
1.10.2.15. Princípio da obrigatoriedade da motivação das decisões judiciais	88

1.10.2.16.	Princípio da presunção de inocência ou de não culpabilidade ou do estado de inocência	88
1.10.2.17.	Princípio do in dubio pro reo (na dúvida, a favor do réu) ou favor rei	91
1.10.2.18.	Princípio da inexigibilidade de autoincriminação	91
1.10.2.19.	Princípio do devido processo legal	97
1.10.2.20.	Princípio da razoável duração do processo	100

Capítulo 2

Inquérito policial e outras investigações criminais 101

2.1.	Investigação criminal. Conceito	101
2.2.	Polícia	101
2.2.1.	Conceito	101
2.2.2.	Órgãos legitimados a exercer a polícia preventiva ou ostensiva, judiciária ou administrativa	102
2.2.2.1.	Órgãos legitimados a exercer as funções de polícia preventiva ou ostensiva	102
2.2.2.2.	Órgãos legitimados a exercer as funções de polícia judiciária ou investigativa	102
2.2.2.3.	Órgãos legitimados a exercer as funções de polícia administrativa	103
2.2.3.	Existe diferença entre polícia judiciária e polícia investigativa?	103
2.3.	Órgãos expressamente legitimados a investigar infrações penais	104
2.3.1.	Regras gerais	104
2.3.2.	Atribuições da Polícia Federal	104
2.3.3.	Atribuições da Polícia Civil dos Estados e do DF	106
2.3.4.	Atribuições das Polícias Militares e das Forças Armadas	106
2.3.5.	Enumeração exaustiva de atribuições de polícia investigativa pela CF e prova ilícita	107
2.3.6.	Outros órgãos públicos, além daqueles citados no art. 144 da CF – dentre eles, o Ministério Público –, estão autorizados a investigar infrações penais?	107
2.4.	Conceito de Inquérito Policial. Instrumento exclusivo da Polícia Judiciária	116
2.4.1.	Conceito material de inquérito policial	116
2.4.2.	Conceito formal de inquérito policial	116
2.4.3.	Conceitos de fontes de provas, elementos de informação e provas	116
2.4.4.	Presidência do inquérito policial e condução das investigações	117
2.4.5.	Independência funcional do delegado de polícia	117
2.4.6.	Características essenciais do inquérito policial (bem como das demais formas de investigação criminal)	118
2.4.7.	Formas de instauração do inquérito policial	129
2.4.8.	Instauração de inquérito policial nas ações penais públicas condicionadas e ações penais privadas	135
2.4.9.	Divisão de atribuições entre as autoridades policiais	135
2.4.9.1.	Formas de se dividir as atribuições investigatórias	135
2.4.9.2.	Conflito de atribuições entre autoridades policiais	137
2.4.10.	Diligências do inquérito policial	138

2.4.10.1.	Discricionariedade da autoridade policial na realização das diligências investigatórias e na colheita das provas	138
2.4.10.2.	Diligências investigatórias e elementos informativos sob a responsabilidade da autoridade policial no decorrer do inquérito	138
2.4.10.3.	Outras atribuições da autoridade policial	158
2.4.11.	Suspeição do delegado	158
2.4.12.	Inquérito Policial e prazos	159
2.4.12.1.	Prazos gerais	159
2.4.12.2.	Indiciado solto	159
2.4.12.3.	Indiciado preso	159
2.4.12.4.	Prazos especiais	160
2.5.	Inquérito Policial e incomunicabilidade	160
2.6.	Relatório final da autoridade policial	161
2.7.	Forma de tramitação dos inquéritos policiais	161
2.8.	Inquérito policial e constrangimento ilegal. Possibilidade de trancamento do inquérito	163
2.9.	Destinatários finais do inquérito policial	164
2.9.1.	Ministério Público	164
2.9.2.	Ofendido em caso de ação penal privada	169
2.10.	Valor dos elementos informativos do Inquérito	169
2.11.	Inquérito policial e termo circunstanciado	169
2.12.	Inquérito policial e nulidades	170
2.13.	Inquérito policial e prova ilícita	170
2.14.	Inquérito policial e complexidade da investigação: possibilidade de desmembramento de inquéritos	171
2.15.	Inquérito policial e foro por prerrogativa de função	171
2.15.1.	Instauração e tramitação do Inquérito policial em face de indiciado com prerrogativa de foro	171
2.15.2.	Tramitação do Inquérito policial em face de indiciado com prerrogativa de foro em conjunto com indiciado sem foro privilegiado	178
2.16.	Inquérito policial visando apurar crime eleitoral	179
2.17.	Promoção de arquivamento de inquérito policial	179
2.17.1.	Conceito de Arquivamento. Ato privativo do Ministério Público	179
2.17.2.	Apenas o inquérito policial pode ser arquivado?	180
2.17.3.	Hipóteses que legitimam o arquivamento	180
2.17.4.	Controle judicial do arquivamento	183
2.17.5.	A decisão judicial que determina o arquivamento faz coisa julgada formal e material?	186
2.17.5.1.	Hipótese de decisão de arquivamento que fazem coisa julgada formal	187
2.17.5.2.	Hipótese de decisão de arquivamento que fazem coisa julgada material	189
2.17.5.3.	Arquivamento por juiz absolutamente incompetente faz coisa julgada material?	191
2.17.5.4.	Arquivamento de inquérito policial pelo Procurador-Geral referente a crimes em tese praticados por indiciados com foro por prerrogativa de função	193
2.17.5.5.	Arquivamento implícito	195

2.17.5.6.	Arquivamento indireto	197
2.17.5.7.	Arquivamento de inquérito policial em crimes de ação penal privada ..	198
2.17.5.8.	Desarquivamento e oferecimento de denúncia	198
2.17.5.8.1.	Procedimento de desarquivamento de inquérito policial. Quem desarquiva o inquérito policial?	198
2.17.5.8.2.	Notícia de fatos novos que justifiquem o desarquiva- mento. Provas novas que autorizam o oferecimento de denúncia. Diferenciação	201
2.17.6.	Trancamento de inquérito policial	203
2.17.7.	Poder investigatório da CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito	203
2.17.7.1.	CPI. Conceito	203
2.17.7.2.	CPIs federais, estaduais, distrital e municipais	203
2.17.7.3.	Ações impugnativas em face de decisões das CPIs	203
2.17.7.4.	Atribuições das CPIs. Convocação para depoimento e direito ao silêncio. Condução coercitiva	204
2.17.7.5.	Acesso do advogado aos autos da CPI. Assistência do advogado durante a oitiva pela CPI	206
2.17.7.6.	CPI e delação premiada (Lei 12.850/13)	206
2.17.7.7.	CPI e atos praticados por particulares	207
2.17.7.8.	CPI e quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico. Necessidade de fundamentação da medida	207
2.17.7.9.	CPI e busca e apreensão domiciliar e interceptação telefônica	208
2.17.7.10.	CPI e acesso aos autos de inquérito policial	208
2.17.7.11.	Conclusões da CPI e prioridade do MP e do Judiciário	208

Capítulo 3

Ação Penal 211

3.1.	Conceito de ação no plano constitucional	211
3.2.	Conceito de ação no plano processual	211
3.3.	Conceito de ação penal	211
3.4.	Elementos da ação penal	213
3.5.	Condições genéricas da ação penal	213
3.5.1.	Legitimidade de parte	213
3.5.1.1.	Conceito	213
3.5.1.2.	Legitimidade ativa e passiva	213
3.5.1.3.	Legitimação ordinária e extraordinária	215
3.5.1.4.	Legitimação ad causam. Legitimação ad processum. Capacidade processual. Diferenciação	216
3.5.2.	Interesse de agir	216
3.5.3.	Interesse de agir na modalidade utilidade e prescrição virtual	217
3.5.4.	Justa Causa	220
3.5.4.1.	Justa Causa. Conceito	220
3.5.4.2.	Justa causa duplicada	220
3.5.4.3.	Justa causa e crimes contra a ordem tributária	221
3.5.4.4.	Justa causa e excesso acusatório	222

3.5.5.	Possibilidade jurídica do pedido	223
3.5.5.1.	Possibilidade jurídica do pedido e crimes contra a ordem tributária	224
3.5.5.2.	Possibilidade jurídica do pedido e pagamento do débito tributário	224
3.5.6.	Momento para análise das condições da ação penal	226
3.5.7.	Condições específicas de determinadas ações penais (condições de procedibilidade) ...	227
3.6.	Classificação das ações penais	227
3.7.	Classificação geral das ações penais de conhecimento condenatórias	228
3.7.1.	Classificação das ações penais públicas	228
3.7.1.1.	Ação penal pública condicionada à representação	229
3.7.1.1.1.	Conceito	229
3.7.1.1.2.	Conceito de representação como condição de procedibilidade. Natureza jurídica. Titularidade. Conteúdo. Forma. Endereçamento. Prazo. Retratação	229
3.7.1.2.	Ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça	235
3.7.1.2.1.	Conceito	235
3.7.1.2.2.	Natureza jurídica da requisição. Sua identificação. Prazo. Retratação	236
3.7.1.3.	Ação penal pública subsidiária da pública	237
3.7.2.	Princípios das ações penais públicas	238
3.7.3.	Procedimentos investigatórios de crimes de ação penal pública e atuação do Ministério Público após o seu término: oferecimento de denúncia, arquivamento ou requisição de novas diligências	245
3.7.3.1.	Oferecimento de denúncia	245
3.7.3.2.	Natureza jurídica da denúncia	245
3.7.3.3.	Requisitos da denúncia	245
3.7.3.4.	Cota introdutória à denúncia	250
3.7.3.5.	Prazos para oferecimento da denúncia	251
3.7.3.6.	Recebimento e rejeição da denúncia e sua fundamentação	252
3.7.3.6.1.	Recebimento/rejeição parcial da denúncia	252
3.7.3.6.2.	Recebimento da denúncia: efeito penal	253
3.7.3.6.3.	Modificação da imputação pelo juiz no ato de recebimento da denúncia	253
3.7.3.7.	Aditamento da denúncia	254
3.7.3.8.	Hipóteses de rejeição da denúncia	256
3.7.3.8.1.	Rejeição de denúncia e recurso	258
3.7.4.	Conceito de ações Penais Privadas	258
3.7.4.1.	Classificação das ações penais privadas	258
3.7.4.2.	O que é Ação Penal secundária?	260
3.7.4.3.	Ações Penais Privadas e atuação do Ministério Público	261
3.7.4.4.	Análise das ações penais privadas	262
3.7.4.4.1.	Como se sabe que uma ação é privada?	262
3.7.4.4.2.	Titularidade do direito de queixa	262
3.7.4.5.	Queixa. Conceito	263
3.7.4.5.1.	Oferecimento da queixa. Prazo	263
3.7.4.5.2.	Requisitos da queixa. Procuração especificada	264
3.7.4.5.3.	Prazo para oferecimento da queixa	265

3.7.4.5.4.	Recebimento da queixa	267
3.7.4.5.5.	Aditamento da queixa	267
3.7.4.5.6.	Hipóteses de rejeição da queixa	268
3.7.4.5.7.	Rejeição da queixa e recurso	268
3.7.4.6.	Princípios das ações penais privadas	268
3.8.	Questões processuais diversas	273
3.8.1.	Ação Penal Popular	273
3.8.2.	Ação de Prevenção Penal	274
3.8.3.	Ação Penal Secundária	274
3.8.4.	Ação Penal Adesiva	274
3.8.5.	Direito de ação no tempo	275

Capítulo 4

Reparação de danos ocasionados pelo crime. Ação civil ex delicto 277

4.1.	Ato ilícito. Ilícito penal e civil. Conceitos	277
4.2.	Sistemas de apuração da responsabilidade penal e civil	278
4.3.	Execução civil ex delicto	279
4.4.	Ação civil ex delicto	280
4.4.1.	Ação civil ex delicto.....	
	Natureza.....	
	Suspensão do seu trâmite	280
4.4.2.	Causa impeditiva de prescrição no cível	281
4.4.3.	Ação civil ex delicto julgada antes da ação penal	281
4.4.4.	Ação civil ex delicto julgada depois da ação penal que redundou em condenação	282
4.4.5.	Ação civil ex delicto julgada depois da ação penal que redundou em absolvição	283
4.4.5.1.	Absoluções criminais que vinculam o juiz do cível	283
4.4.5.2.	Absoluções criminais que não vinculam o juiz do cível	284
4.5.	Outras decisões judiciais que não vinculam o juiz do cível	285
4.6.	Legitimidade ativa da ação e da execução ex delicto	287
4.7.	Legitimidade passiva da ação e da execução ex delicto	288

CAPÍTULO 5

Jurisdição e Competência 289

5.1.	Jurisdição. Conceito	289
5.2.	Classificação da jurisdição	289
5.3.	Elementos da jurisdição	290
5.4.	Princípios da Jurisdição	290
5.5.	Competência. Conceito	291
5.6.	Espécies de competência	291
5.7.	Competência absoluta e relativa. Conceito. Diferenciações. Arguição	295
5.7.1.	Conceito de competência absoluta	295
5.7.2.	Características essenciais da competência absoluta	296

5.7.3.	Competência absoluta e espécies de competência	296
5.7.4.	Conceito de competência relativa	297
5.7.5.	Características essenciais da competência relativa	297
5.7.6.	Competência relativa e espécies de competência	298
5.7.7.	Arguição de incompetência relativa e absoluta pela parte. Reconhecimento, de ofício, pelo juiz	298
5.7.8.	Recurso das partes e reconhecimento da incompetência relativa e absoluta	299
5.7.9.	Reconhecimento da incompetência absoluta e relativa. Consequências para o processo. Marco interruptivo da prescrição pelo recebimento da peça acusatória. Ratificação da denúncia pelo MP	302
5.7.9.1.	Consequências para o processo	302
5.7.9.2.	Marco interruptivo da prescrição pelo recebimento da peça acusatória	303
5.7.9.3.	Ratificação da denúncia	304
5.8.	Competência em razão da matéria (<i>ratione materiae</i>)	304
5.8.1.	Órgãos de Superposição. STF e STJ. Competência nacional	305
5.8.2.	Justiça Comum e Justiça Especial	309
5.8.2.1.	Justiça Comum Federal	309
5.8.2.1.1.	Razão de sua existência.....	
	Organização	309
5.8.2.1.2.	Competência dos Tribunais Regionais Federais	311
5.8.2.1.3.	Competência dos juizes federais	311
5.8.2.2.	Justiça Comum Estadual	344
5.8.2.3.	Conexão e continência entre delitos de competência da Justiça Federal e Estadual. Perpetuação da jurisdição	345
5.8.2.3.1.	Conexão e continência entre delitos de competência da Justiça Federal e Estadual	345
5.8.2.3.2.	Conexão entre infrações federais e estaduais e perpetuação da jurisdição	346
5.8.3.	Justiças Especiais	347
5.8.3.1.	Justiça Eleitoral. Competência	348
5.8.3.2.	Justiça Eleitoral e mera motivação eleitoral do delito	348
5.8.3.3.	Justiça Eleitoral e investigação judicial para imposição de sanção eleitoral	348
5.8.3.4.	Justiça Eleitoral e conexão com delito de competência da Justiça Estadual e Federal	349
5.8.3.5.	Justiça Eleitoral e conexão com crime doloso contra a vida	349
5.8.3.6.	Crime cometido contra juiz ou membro do MP investido da função eleitoral	349
5.8.3.7.	Composição da Justiça e do Ministério Público Eleitoral	350
5.8.4.	Competência criminal da Justiça do Trabalho	351
5.8.5.	Justiça Militar. Linhas gerais. Competência criminal. Competência para o processo e julgamento de ações judiciais contra atos disciplinares militares	351
5.8.5.1.	Organização da Justiça Militar. Competência. Previsão constitucional	351
5.8.5.2.	Julgamento de civil pela Justiça Militar	352
5.8.5.3.	Justiça Militar e exercício, pelas Forças Armadas, de função subsidiária de segurança pública	353
5.8.5.4.	Conexão entre crime militar e crime da Justiça Comum	354

5.8.5.5.	Competência cível da Justiça Militar Estadual	354
5.8.5.6.	Justiça Militar Estadual. Competência. Estrutura	354
5.8.5.6.1.	Justiça Militar Estadual e crime praticado por civil	355
5.8.5.6.2.	Crime militar praticado em outro Estado	355
5.8.5.6.3.	Crime militar e concurso de agentes. Crimes militares e crimes praticados por militares	355
5.8.5.6.4.	Primeira instância da Justiça Militar Estadual. Competência dos juizes de direito do juízo militar e dos Conselhos de Justiça	356
5.8.5.7.	Justiça Militar da União. Competência. Estrutura	358
5.8.5.8.	Crimes militares próprios e impróprios	359
5.8.5.9.	Crime militar praticado em lugar sujeito à administração militar por militar contra vítima civil ou militar	360
5.8.5.10.	Crime militar praticado por militar em serviço contra civil ou militar, ainda que fora de lugar sujeito à administração militar	361
5.8.5.11.	Acidentes de trânsito e competência da Justiça Militar	361
5.8.5.12.	Policiais militares ou integrantes das Forças Armadas de folga	362
5.8.5.13.	Previsão expressa da conduta no Código Penal Militar. Crimes que podem ser praticados por militares, em serviço, não previstos na legislação militar e que serão julgados pela Justiça Comum	362
5.8.5.14.	Os crimes dolosos contra a vida de civil praticado por militares. Regras gerais	363
5.8.5.15.	Crimes dolosos contra a vida de civil por integrante das Forças Armadas. Regras especiais	364
5.8.5.16.	Crime cometido por civil contra componente das Forças Armadas no exercício de função subsidiária de preservação da ordem pública ...	366
5.9.	Competência em razão da função exercida pela pessoa (<i>ratione personae</i> ou <i>ratione functionae</i>)	367
5.9.1.	Natureza jurídica dessa competência. Prerrogativa funcional e não privilégio pessoal	367
5.9.2.	Crimes comuns e de responsabilidade. Distinção conceitual. Previsão na Constituição Federal da prerrogativa de foro.	367
5.9.2.1.	Crimes comuns e de responsabilidade.....	367
5.9.2.2.	Previsão na Constituição Federal da prerrogativa de foro	368
5.9.2.3.	Concurso de agentes e foro por prerrogativa de função	381
5.9.2.4.	Concurso de agentes com e sem foro por prerrogativa e júri	382
5.9.2.5.	Corréus com prerrogativa de função distintas	383
5.9.2.6.	Foro por prerrogativa de função estabelecido na Constituição Estadual e Tribunal do Júri	383
5.9.2.7.	Crimes contra a honra cometido em detrimento de vítima que possui prerrogativa de foro. Exceção da verdade. Pedido de explicações ...	384
5.9.2.8.	Instauração e tramitação de inquérito policial para apurar a conduta de agente com prerrogativa de função	386
5.9.2.9.	Procedimento da ação penal no Tribunal em face de acusado com prerrogativa de função	388

5.9.2.10.	Crime cometido antes, durante ou depois do exercício do cargo público e competência. Possibilidade de o Supremo alterar a abrangência dado ao foro privilegiado. Improbidade administrativa e foro privilegiado	390
5.9.2.11.	Renúncia ao cargo e continuidade do julgamento	394
5.9.2.12.	Nomeação para cargo com prerrogativa de foro para se efetivar a mudança do juiz natural	394
5.9.2.13.	Competência fixada, pelo cargo ocupado, vinculado a determinado Tribunal. Irrelevância da competência pelo território	395
5.9.2.14.	Justiça Política.	
	Crimes de responsabilidade	395
5.10.	Competência em razão do território ou local (ratione loci)	398
5.10.1.	Competência territorial ou de foro. Conceito. Finalidades	398
5.10.2.	Momento da análise da competência territorial	399
5.10.3.	Competência relativa. Nulidade relativa. Reconhecimento de ofício e por provocação das partes	399
5.10.4.	Conceito de lugar da infração. Diferenciação do lugar da infração do processo penal e do direito penal	400
5.10.4.1.	Conceito de lugar da infração no processo penal	400
5.10.4.2.	Diferenciação do lugar da infração no processo penal e no direito penal. Crimes plurilocais e crimes de espaço máximo. Diferenciação	400
5.10.4.3.	Teorias para o estabelecimento da competência territorial (do lugar do crime)	401
5.10.4.4.	Crítério subsidiário para a fixação da competência territorial: competência pelo domicílio ou residência do réu (forum domicilii)	403
5.10.4.5.	Foro de eleição	403
5.10.4.6.	Competência territorial da Justiça Estadual	404
5.10.4.7.	Competência territorial da Justiça Federal	404
5.10.4.8.	Competência territorial da Justiça Militar	404
5.10.4.9.	Competência territorial da Justiça Eleitoral	404
5.10.4.10.	Competência para julgar os crimes praticados a bordo de embarcações ou aeronaves	404
5.10.4.11.	Indefinição dos limites territoriais entre 2 ou mais jurisdições	406
5.10.4.12.	Crimes continuados e permanentes praticados nos territórios de 2 ou mais jurisdições	406
5.11.	Competência de juízo	406
5.12.	Competência funcional	410
5.12.1.	Conceito	410
5.12.2.	Finalidade	410
5.12.3.	Modalidades de competência funcional	410
5.13.	Competência por distribuição	412
5.13.1.	Conceito	412
5.13.2.	Precedência da distribuição e prevenção	413
5.13.3.	Distribuição e Juízos especializados	413
5.13.4.	Compensação de distribuição	413
5.13.5.	Baixa na distribuição	414

5.13.6.	Redistribuição de feitos em razão da criação de vara nova	414
5.14.	Competência por prevenção	414
5.14.1.	Conceito	414
5.14.2.	Atos do processo ou medida a este relativa e que justificam a prevenção. O que torna o juiz preventivo?	416
5.14.3.	O que não torna o juiz preventivo?	416
5.14.4.	Prevenção como critério subsidiário	416
5.15.	Competência por conexão e continência	417
5.15.1.	Conceito	417
5.15.2.	Conexão e continência como critério para a fixação inicial da competência, e para a mudança da competência já estabelecida	418
5.15.3.	Conexão e continência e competência relativa e absoluta	419
5.15.4.	Modalidades de conexão e continência possíveis entre os diversos órgãos judiciários	420
5.15.4.1.	Conexão e continência entre infrações penais de competência da Justiça Comum Estadual	420
5.15.4.2.	Conexão e continência entre infrações penais de competência da Justiça Comum Federal	421
5.15.4.3.	Conexão e continência entre delitos de competência da Justiça Comum Federal e Estadual	421
5.15.4.4.	Conexão e continência entre crimes de competência da Justiça Eleitoral com delito de competência da Justiça Comum Estadual e Federal	422
5.15.4.5.	Conexão entre crime de competência da Justiça Eleitoral com crime doloso contra a vida	423
5.15.4.6.	Conexão e continência entre crimes de competência da Justiça Militar e da Justiça Comum – Federal ou Estadual	423
5.15.4.7.	Conexão e continência entre crimes de competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral – ambas Justiças Especiais	424
5.15.4.8.	Conexão ou continência entre acusado com foro por prerrogativa de função e réu que não o possua	424
5.15.4.9.	Conexão e continência entre acusado com foro por prerrogativa de função e réu que não o possua no caso de crimes dolosos contra a vida	425
5.15.4.10.	Conexão e continência entre acusados que possuam foro por prerrogativa de função distintos	425
5.15.4.11.	Conexão e continência entre infrações de menor potencial ofensivo e infrações de competência da Justiça Comum – Federal e Estadual	426
5.15.4.12.	Conexão e continência entre infrações de menor potencial ofensivo e infrações de competência da Justiça Eleitoral e Militar	429
5.15.5.	Conexão e continência em inquéritos policiais	429
5.15.6.	Conexão	429
5.15.6.1.	Conceito	429
5.15.6.2.	Espécies de conexão	429
5.15.6.2.1.	Conexão intersubjetiva	429
5.15.6.2.2.	Conexão objetiva, material ou lógica ou teleológica	430
5.15.6.2.3.	Conexão instrumental ou probatória ou processual	430
5.15.7.	Continência	431
5.15.7.1.	Espécies de continência	431
5.15.8.	Regras da determinação da conexão ou continência	432

5.15.9.	Momento processual oportuno para a reunião de feitos pela conexão ou continência	435
5.15.10.	Conexão e continência e separação obrigatória de julgamentos	437
5.15.11.	Conexão e continência e separação facultativa de julgamentos	437
5.16.	Perpetuação da jurisdição (competência)	440
5.16.1.	Conceito	440
5.16.2.	Perpetuação da Jurisdição (competência) e competência por conexão e continência	441
5.16.3.	Perpetuação da competência e Júri	442
5.16.4.	Perpetuação da competência e infrações penais de competência da Justiça Federal e Estadual	442
5.17.	Casuística sobre competência	443
5.18.	CrITÉRIOS prÁticos para a fixação da competência	454

Capítulo 6

***Das questões e procedimentos incidentes* 457**

6.1.	Questões e procedimentos incidentes. Conceito. Espécies	457
6.2.	Questões prejudiciais	457
6.2.1.	Conceito	457
6.2.2.	Características essenciais das questões prejudiciais	458
6.2.3.	Diferenças entre questões prejudiciais e questões preliminares	458
6.2.4.	Espécies de questões prejudiciais	459
6.2.5.	Métodos de solução das questões prejudiciais	461
6.2.6.	Espécies de questões prejudiciais heterogêneas	462
6.2.7.	Natureza jurídica da questão prejudicial heterogênea obrigatória e facultativa: competência funcional horizontal por objeto de juízo	467
6.2.8.	Questões prejudiciais heterogêneas e recursos	467
6.3.	Exceções	471
6.3.1.	Conceito. Natureza Jurídica de objeções processuais	471
6.3.2.	Classificação das exceções processuais	471
6.3.3.	Forma de processamento das exceções processuais	472
6.3.4.	Recurso cabível das decisões a respeito das exceções processuais	472
6.3.5.	Espécies de exceções	472
6.3.5.1.	Exceção de suspeição, de impedimento ou de incompatibilidade. Conceito	472
6.3.5.2.	Reconhecimento ex officio da suspeição	473
6.3.5.3.	Momento da arguição da exceção de suspeição. Inquérito Policial. Processo Criminal	475
6.3.5.3.1.	Exceção de suspeição durante o inquérito policial	475
6.3.5.3.2.	Exceção de suspeição durante o processo	476
6.3.5.3.3.	Quem pode arguir a exceção de suspeição?	476
6.3.5.3.4.	Forma escrita da exceção de suspeição. Procuração. Testemunhas	477
6.3.5.3.5.	Procedimento da exceção de suspeição	478
6.3.5.3.6.	Suspeição do juiz: nulidade absoluta ou relativa?	480
6.3.5.3.7.	Suspeição nos Tribunais	481

6.3.5.3.8.	Impossibilidade de se reconhecer a suspeição quando propositalmente criada	481
6.3.5.3.9.	Suspeição de membros do MP, peritos, intérpretes, jurados, autoridade policial	482
6.3.5.4.	Exceção de incompetência. Conceito. Procedimento	484
6.3.5.4.1.	Conceito	484
6.3.5.4.2.	Reconhecimento da incompetência absoluta e relativa, de ofício, pelo juiz, ou a pedido da parte	485
6.3.5.4.3.	Procedimento da exceção de incompetência	485
6.3.5.4.4.	Recursos cabíveis	487
6.3.5.5.	Exceção de litispendência. Conceito. Procedimento	487
6.3.5.5.1.	Conceito	487
6.3.5.5.2.	Em que momento pode ser reconhecida a litispendência? ...	489
6.3.5.5.3.	Reconhecimento da litispendência, de ofício, pelo juiz, ou a pedido das partes	490
6.3.5.5.4.	Procedimento da exceção de litispendência	490
6.3.5.5.5.	Recursos cabíveis	491
6.3.5.6.	Exceção de coisa julgada. Conceito. Procedimento	492
6.3.5.6.1.	Conceito	492
6.3.5.6.2.	Em que momento pode ser reconhecida a coisa julgada? ...	492
6.3.5.6.3.	Reconhecimento da coisa julgada, de ofício, pelo juiz, ou a pedido das partes	493
6.3.5.6.4.	Procedimento da exceção de coisa julgada	493
6.3.5.6.5.	Recursos cabíveis	494
6.3.5.7.	Exceção de ilegitimidade de parte	495
6.3.5.7.1.	Conceito de ilegitimidade ad processum e ad causam	495
6.3.5.7.2.	Em que momento pode ser reconhecida a ilegitimidade de parte?	496
6.3.5.7.3.	Reconhecimento da ilegitimidade da parte, de ofício, pelo juiz, ou a pedido das partes	497
6.3.5.7.4.	Procedimento da exceção de ilegitimidade de parte	497
6.3.5.7.5.	Recursos cabíveis	498
6.4.	Conflito de jurisdição	499
6.4.1.	Conceito	499
6.4.2.	Denominação	499
6.4.3.	Espécies de conflitos de competência	500
6.4.4.	Conflito de competência e fases da persecução penal em que pode ser suscitado ..	500
6.4.4.1.	Conflito de competência na fase do inquérito policial	500
6.4.4.2.	Conflito de competência durante o processo. Até quando se pode suscitar o conflito de competência?	500
6.4.4.3.	Sujeitos processuais autorizados a suscitar o conflito de competência e a forma de fazê-lo	502
6.4.4.4.	Procedimento do conflito de competência	504
6.4.4.5.	Decisões possíveis do Tribunal a respeito do conflito de competência ..	511
6.4.4.6.	Avocatória. Reclamação constitucional. Conflito de competência. Distinções	511
6.4.4.7.	Tribunais competentes para dirimir o conflito de competência	512

6.5. Conflito de atribuições entre membros do Ministério Público. Conceito. Diferença com o conflito de competência	515
6.5.1. Diversos conflitos de atribuições possíveis entre membros do Ministério Público	516
6.5.2. A decisão do Ministério Público a respeito da atribuição de seus membros vincula o Juízo?	517
6.6. Restituição de coisas apreendidas	519
6.6.1. Conceito	519
6.6.2. Natureza dos objetos apreensíveis..... O que pode ser apreendido	519
6.6.3. O que não pode ser apreendido	519
6.6.4. Modo de apreensão dos bens	520
6.6.5. Finalidade da apreensão dos bens	521
6.6.6. Custódia dos bens apreendidos	521
6.6.7. Proibição de restituição	521
6.6.8. Pedido de restituição sem a necessidade de instauração de incidente	524
6.6.9. Procedimento incidental de restituição de bens apreendidos	527
6.6.9.1. Hipótese de instauração do procedimento incidental	527
6.6.10. Recursos cabíveis da decisão a respeito do pedido de restituição de bem apreendido	528
6.6.11. Dúvida insanável a respeito da posse ou propriedade do bem apreendido	529
6.6.12. Coisas apreendidas não restituídas e não submetidas à medida cautelar de sequestro. Coisas confiscáveis. Coisas não confiscáveis	530
6.7. Medidas assecuratórias reais ou patrimoniais	532
6.7.1. Conceito	532
6.7.2. Finalidade das medidas cautelares reais	533
6.7.3. Pressuposto e fundamentos	533
6.7.4. Reserva de jurisdição	534
6.7.5. Existe contraditório prévio à decretação das medidas cautelares reais?	534
6.7.6. Medidas cautelares reais podem ser decretadas de ofício pelo juiz?	534
6.7.7. Espécies de medidas cautelares reais	535
6.7.7.1. Sequestro	535
6.7.7.1.1. Conceito. Bens sequestráveis	535
6.7.7.1.2. Finalidade do sequestro	536
6.7.7.1.3. Pressuposto do sequestro – <i>Fumus commissi delicti</i> . Fundamento do sequestro – <i>periculum in mora</i>	537
6.7.7.1.4. Cláusula de reserva de jurisdição e sequestro/bloqueio de bens	538
6.7.7.1.5. Procedimento do sequestro	539
6.7.7.1.5.1. Autuação em apartado aos autos de inquérito policial, de qualquer caderno investigativo, ou de processo	539
6.7.7.1.5.2. Legitimidade para requerer o sequestro	539
6.7.7.1.5.3. Contraditório prévio ao sequestro	539
6.7.7.1.5.4. O sequestro pode ser decretado de ofício?	540
6.7.7.1.5.5. Quais bens podem ser sequestrados?	540
6.7.7.1.5.6. Defesa em face do sequestro	541
6.7.7.1.5.7. Recurso da decisão que defere ou indefere o sequestro	547

	6.7.71.5.8.	Levantamento do sequestro	548
	6.7.71.5.9.	Destinação dos bens sequestrados	550
	6.7.71.5.10.	Sequestro de bens e crimes que resultam prejuízo para a Fazenda Pública	555
	6.7.71.5.11.	Medidas acautelatórias reais na Lei 13.260/2016 (Lei que disciplina o terrorismo)	556
6.8.	Hipoteca legal		557
6.8.1.	Conceito		557
6.8.2.	Especialização e inscrição da hipoteca legal		558
6.8.3.	Aplicação subsidiária da especialização e inscrição da hipoteca legal		558
6.8.4.	Especialização e inscrição de hipoteca legal e bem de família		559
6.8.5.	Pressuposto e fundamento da hipoteca legal		559
6.8.6.	Legitimidade para requerer a hipoteca legal		560
6.8.7.	Momento em que pode ser decretada a especialização da hipoteca legal		561
6.8.8.	Procedimento da especialização e inscrição da hipoteca legal		562
6.8.9.	Defesa autônoma pelo proprietário do bem imóvel que se pretende hipotecar		564
6.8.10.	Decisão judicial. Inscrição da hipoteca legal		564
6.8.11.	Recurso da decisão que defere ou não a inscrição da hipoteca legal		565
6.8.12.	Destino final da inscrição da hipoteca legal		565
6.8.13.	Prestação de caução		566
6.8.14.	Cancelamento da hipoteca legal		566
6.8.15.	Arresto prévio ou preventivo de bens imóveis – medida preparatória da hipoteca legal		567
6.9.	Arresto subsidiário de bens móveis		568
6.9.1.	Conceito e requisitos		568
6.9.2.	Particularidades do procedimento de arresto subsidiário		568
6.9.3.	Bens submetidos ao arresto subsidiário e bem de família		569
6.9.4.	Arresto prévio ou preventivo do arresto subsidiário de bens móveis		569
6.10.	Alienação antecipada de bens		570
6.10.1.	Conceito		570
6.10.2.	Pressuposto da alienação antecipada		570
6.10.3.	Requisitos da alienação antecipada		570
6.10.4.	Fase da persecução em que pode ser decretada		570
6.10.5.	Legitimidade para requerer a alienação antecipada		571
6.10.6.	Procedimento da alienação antecipada		571
6.10.7.	Destino dos valores arrecadados com a alienação antecipada		572
6.11.	Busca e apreensão. Sequestro. Arresto. Hipoteca legal nos crimes de lavagem (Lei 9.613/98)		572
6.12.	Incidente de falsidade		573
6.12.1.	Conceito		573
6.12.2.	Finalidade do incidente de falsidade. Coadjuvante na busca da verdade real. Apuração de eventual responsabilidade criminal		573
6.12.3.	Objeto apuratório do incidente: falsidade material e ideológica		574
6.12.4.	Legitimidade para requerer o incidente de falso		574

6.12.5.	Procedimento	575
6.12.6.	Ação declaratória cível tendo por objeto a falsidade	578
6.12.7.	Certidão de óbito falsa	579
6.12.8.	Decisão a respeito do pedido de instauração do incidente. Recurso cabível	579
6.12.9.	Autos apartados. Não suspensão do processo	580
6.12.10.	Recurso cabível da decisão que julga o incidente de falso	582
6.12.11.	Momento em que pode se arguir o incidente	582
6.12.12.	É possível a instauração do incidente de falso em autos de inquérito policial?	582
6.12.13.	Visão crítica do incidente de falsidade	583
6.13.	Incidente de insanidade mental do acusado	584
6.13.1.	Conceito	584
6.13.2.	Relevância do incidente	584
6.13.3.	Sistema biopsicológico do Código Penal e sua influência no processo penal	584
6.13.4.	Necessidade de realização de perícia para o caso concreto. Impossibilidade de uso de prova emprestada	585
6.13.5.	Legitimidade para requerer a instauração do incidente e decidir a respeito. Decisão exclusivamente judicial	586
6.13.6.	Recurso da decisão que defere ou indefere o incidente	588
6.13.7.	Momento de sua instauração	588
6.13.8.	Procedimento	588
6.13.8.1.	Diferenciações do incidente instaurado no inquérito policial e no decorrer do processo	590
6.13.8.2.	Nomeação de curador	590
6.13.8.3.	Suspensão do processo. Prescrição. Provas urgentes	591
6.13.8.4.	Perícia. Número de peritos. Prazo	591
6.13.8.5.	Condução coercitiva do indiciado ou acusado para realização da perícia	593
6.13.9.	Resultados possíveis do incidente de insanidade e seus efeitos na prolação das sentenças	593
6.13.10.	Recurso da homologação judicial do laudo pericial	601

Capítulo 7

Prova	603
7.1. Teoria geral	603
7.1.1. Prova. Conceito genérico. Natureza jurídica	603
7.1.2. Conceitos de prova. Prova como atividade. Prova como meio (meio de prova). Prova como resultado. Prova como direito subjetivo das partes	603
7.1.3. Conceito de prova no processo penal. Diferenciação entre elementos informativos e provas	605
7.1.4. Fonte de Prova. Meio de Prova. Meios de obtenção da prova	608
7.1.5. Destinatários da Prova	611
7.1.6. Finalidade da prova	611
7.1.7. Elemento de prova. Resultado da prova	611
7.1.8. Sujeitos da prova ou Fontes de prova	612
7.1.9. Forma da prova	612

7.1.10.	Objeto da prova	612
7.1.10.1.	Prova de fatos incontroversos	612
7.1.10.2.	O que não é objeto de prova	612
7.1.11.	Ônus da Prova	613
7.1.11.1.	Conceito de ônus da prova	613
7.1.11.2.	Diferença entre ônus, obrigação e dever	613
7.1.11.3.	Distribuição do ônus da prova no processo penal. Ônus da prova perfeito e menos perfeito	614
7.1.11.4.	Sistemas de avaliação das provas	625
7.1.11.5.	Sistema de avaliação de provas do CPP	627
7.1.11.5.1.	Funcionamento geral	627
7.1.11.5.2.	Provas cautelares, não repetíveis e antecipadas	628
7.1.11.6.	Prova ilegal. Prova ilícita. Prova ilegítima. Conceitos doutrinários e legais	630
7.1.11.7.	Prova ilícita por derivação. Fruits of poisonous tree doctrine (teoria dos frutos da árvore envenenada)	633
7.1.11.7.1.	Conceito de prova ilícita por derivação	633
7.1.11.7.2.	Exceções à ilicitude por derivação	634
7.1.11.8.	Prova ilícita e recebimento de denúncia	636
7.1.11.9.	Prova produzida por agentes que não integrem os quadros policiais	636
7.1.11.10.	Prova ilícita e sentença	636
7.1.11.11.	Decisão declaratória de ilicitude da prova. Desentranhamento e inutilização da prova ilícita	636
7.1.11.12.	Encontro fortuito ou casual de provas e ilicitude	639
7.1.11.13.	Origem da prova ilícita. Atos públicos ou particulares	639
7.1.11.14.	Prova ilícita e princípio da proporcionalidade	639
7.1.11.15.	Prova ilegítima, nulidades e recursos	640
7.1.11.16.	Prova ilícita, nulidades e recursos	641
7.1.12.	Princípios atinentes às provas	642
6.1.	Limites materiais	644
6.2.	Limitações formais	644
7.1.13.	Classificação das provas	645
7.1.14.	Prova emprestada	646
7.1.15.	Prova nominada. Prova nominada – gênero. Espécies: prova nominada típica ou ritual (procedimento probatório previsto). Prova nominada atípica ou irritual (sem procedimento probatório previsto). Prova inominada. Prova Anômala. Diferenças	647
7.1.16.	Procedimento ou atividade probatória	648
7.2.	Meios de provas em espécie	648
7.2.1.	Exame de corpo de delito e perícias em geral	648
7.2.1.1.	Conceito de perícia, de corpo de delito, e de exame de corpo de delito	648
7.2.1.2.	Imprescindibilidade do exame de corpo de delito. Espécies. Exame de corpo de delito direto e indireto. Consequências da não realização do exame	649
7.2.1.3.	Oportunidade para se realizar o exame de corpo de delito	651

7.2.1.4.	Exame de corpo de delito e ação penal pública e privada	651
7.2.1.5.	Espécies de exames de corpo de delito	651
7.2.1.6.	Desaparecimento dos vestígios e suprimento do exame pericial por prova testemunhal	652
7.2.1.7.	Outras perícias	
	Critério discricionário de sua realização	652
7.2.1.8.	Regras de realização do exame de corpo de delito e outras perícias	653
7.2.1.8.1.	Perito. Sujeito de prova. Generalidades	653
7.2.1.8.2.	Espécies de Peritos	
	Número de peritos	653
7.2.1.8.3.	A autonomia funcional do perito	653
7.2.1.8.4.	Oitiva do perito e formulação de quesitos	654
7.2.1.8.5.	Divergência entre peritos	654
7.2.1.8.6.	Laudo pericial	654
	7.2.1.8.6.1. Oportunidade processual para a juntada do laudo pericial	655
	7.2.1.8.6.2. Laudo pericial e contraditório	655
	7.2.1.8.6.3. Suprimento de falhas do laudo pericial	655
7.2.1.8.7.	Perícias e convencimento judicial	655
7.2.1.8.8.	Casuística das perícias	656
7.2.1.8.9.	Quesitos e assistente técnico	657
7.2.2.	Perícias em espécie	657
7.2.2.1.	Perícias realizadas no corpo humano:	658
7.2.2.2.	Perícias realizadas no local do crime	660
7.2.2.3.	Perícias de laboratório	660
7.2.2.4.	Perícia em instrumentos e objetos	661
7.2.2.5.	Perícia em escritos por comparação de letra	661
7.2.3.	Interrogatório do acusado	662
7.2.3.1.	Conceito, natureza jurídica e características essenciais	662
7.2.3.2.	Interrogatório e presença das partes	663
7.2.3.3.	Interrogatório e momento da instrução	663
7.2.3.4.	O indiciado ou acusado podem optar por não serem interrogados?	664
7.2.3.5.	Interrogatório por carta precatória e identidade física do juiz	664
7.2.3.6.	Interrogatório e citação no mesmo dia	664
7.2.3.7.	Elementos do interrogatório	664
7.2.3.8.	Procedimento do interrogatório	665
7.2.3.9.	Interrogatório e direito ao silêncio. Limites	667
7.2.3.10.	Local do interrogatório	667
7.2.3.11.	Interrogatório por videoconferência	668
7.2.3.12.	Momento de realização do interrogatório	668
7.2.3.13.	Ausência de interrogatório	668
7.2.3.14.	Interrogatório e corréus (havendo delação ou não)	669
7.2.4.	Confissão	669
7.2.4.1.	Conceito	669
7.2.4.2.	Valor probatório da confissão	670

7.2.4.3.	Confissão. Características essenciais e espécies	670
7.2.4.3.1.	Características essenciais	670
7.2.4.3.2.	Espécies de confissão	670
7.2.5.	Declarações do ofendido	671
7.2.5.1.	Ofendido. Declarações. Conceitos	671
7.2.5.2.	Tratamento processual do ofendido	671
7.2.5.2.1.	Oitiva obrigatória do ofendido. Inquirição	671
7.2.5.2.2.	Condução coercitiva	672
7.2.5.2.3.	Comunicação dos atos processuais	672
7.2.5.2.4.	Direitos do ofendido	672
7.2.6.	Das testemunhas	673
7.2.6.1.	Conceito	673
7.2.6.2.	Quem pode ser testemunha	673
7.2.6.3.	Características essenciais da prova testemunhal	673
7.2.6.4.	Obrigações da testemunha	673
7.2.6.5.	Pessoas dispensadas de depor. Declarantes ou informantes	675
7.2.6.6.	Pessoas dispensadas de prestar compromisso. Declarantes	676
7.2.6.7.	Pessoas proibidas de depor	676
7.2.6.8.	Oitiva de testemunha por videoconferência	677
7.2.6.9.	Classificação da prova testemunhal	677
7.2.6.10.	Número de testemunhas	678
7.2.6.11.	Formalidades e sequência do depoimento	678
7.2.6.12.	Local do depoimento. Testemunha impossibilitada de comparecer	682
7.2.6.13.	Expedição de carta precatória para oitiva de testemunha	682
7.2.6.14.	Direito de o acusado solto ou preso acompanhar a instrução (direito de presença)	683
7.2.6.15.	Carta rogatória para oitiva de testemunha	683
7.2.6.16.	Direito de a defesa ter acesso à qualificação da testemunha com identidade protegida	684
7.2.6.17.	Ordem de inquirição das testemunhas	684
7.2.6.18.	Produção antecipada da prova testemunhal	685
7.2.6.19.	Substituição de Testemunha	685
7.2.6.20.	Depoimento sem dano	685
7.2.7.	Do reconhecimento de pessoas e coisas	688
7.2.7.1.	Conceito	688
7.2.7.2.	Procedimento	688
7.2.7.3.	Obrigações de o indiciado ou acusado participar do ato de reconhecimento	689
7.2.7.4.	Reconhecimento de coisas	689
7.2.7.5.	Reconhecimento fotográfico	689
7.2.8.	Da acareação	689
7.2.8.1.	Conceito	689
7.2.9.	Dos documentos	689
7.2.9.1.	Conceito	689
7.2.9.2.	Momento de apresentação dos documentos	690

7.2.9.3.	Espécies de documentos	690
7.2.9.4.	Restituição de documentos	690
7.2.9.5.	Prova documental e quebra de sigilo bancário e fiscal e telefônico	691
7.2.9.5.1.	Quebra de sigilo e necessidade, em regra, de ordem judicial fundamentada	691
7.2.9.5.2.	Quebra de sigilo fiscal pela Receita Federal	691
7.2.9.5.3.	COAF e acesso a dados bancários e fiscais	692
7.2.9.5.4.	MP e quebra de sigilo bancário, fiscal ou telefônico	693
7.2.9.5.5.	Requisição do MP e conta corrente de ente público	693
7.2.9.5.6.	Quebra de sigilo telefônico e bancário. Necessidade de decisão fundamentada	693
7.2.9.5.7.	Prova documental, quebra de sigilo bancário e fiscal e telefônico e serendipidade	694
7.2.9.5.8.	Peças apócrifas podem ser consideradas como documentos?	694
7.2.10.	Dos indícios	695
7.2.10.1.	Conceito	695
7.2.11.	Da busca e apreensão	695
7.2.11.1.	Conceito. Pressuposto. Fundamento	695
7.2.11.2.	Espécies de busca e apreensão	695
7.2.11.2.1.	Busca e apreensão domiciliar	695
7.2.11.2.2.	Busca e apreensão pessoal	702
7.2.12.	Interceptação telefônica (Lei 9.296/96)	703
7.2.12.1.	Previsão constitucional e legal	703
7.2.12.2.	Conceito de interceptação telefônica propriamente dita e outros conceitos análogos. Objeto de incidência da Lei 9.296/96	703
7.2.12.3.	Natureza jurídica da interceptação telefônica	705
7.2.12.4.	Diferenciação entre a interceptação telefônica e a quebra de dados telefônicos	705
7.2.12.5.	Objeto da interceptação telefônica	708
7.2.12.6.	Delação anônima e interceptação telefônica	709
7.2.12.7.	Interceptação telefônica e prova emprestada	709
7.2.12.8.	Interceptação telefônica e investigado detentor de foro por prerrogativa de função	709
7.2.12.9.	Interceptação telefônica. Pressuposto. Fundamento. Condição de admissibilidade, requisitos e objeto da interceptação telefônica	710
7.2.12.9.1.	Pressuposto	710
7.2.12.9.2.	Fundamento da interceptação telefônica	711
7.2.12.9.3.	Condição de admissibilidade	711
7.2.12.9.4.	Requisitos	711
7.2.12.9.5.	Base física ou virtual da interceptação	712
7.2.12.9.6.	Conversas de WhatsApp se submetem à Lei de Interceptação telefônica? Ligação atendida por policial no momento da abordagem. Ligação e viva-voz	712
7.2.12.9.7.	Interceptação e contraditório	713
7.2.12.9.8.	Procedimento da interceptação	713
7.2.12.9.9.	Prazo da interceptação telefônica	714

7.2.12.9.10.	Processamento da interceptação	715
7.2.12.9.10.1.	Há necessidade de degravação de todas as conversas telefônicas?	715
7.2.12.9.11.	Sigilo dos autos de interceptação telefônica	716
7.2.12.9.12.	Só a autoridade policial pode proceder à interceptação telefônica?	717
7.2.12.9.13.	Impossibilidade de gravação de conversa telefônica de advogado, no exercício da profissão	717
7.2.12.9.14.	Serendipidade – encontro fortuito de provas	718
7.2.12.9.15.	Teoria do Juízo aparente e interceptação telefônica	719
7.2.12.9.16.	Inutilização de gravação irrelevante à prova	719
7.3.	Meios especiais de obtenção da prova previstos na legislação extravagante	720
7.3.1.	Colaboração premiada prevista na Lei de Organização Criminosa (Lei 12.850/13)	720
7.3.1.1.	Conceito	720
7.3.1.2.	Requisitos da colaboração premiada	720
7.3.1.3.	Das negociações	722
7.3.1.4.	Delegado de polícia pode negociar com o investigado?	723
7.3.1.5.	Formalização das negociações	724
7.3.1.6.	Direitos do colaborador	724
7.3.1.7.	Momento das negociações	724
7.3.1.8.	Possibilidade de retratação da proposta	725
7.3.1.9.	Possibilidade de surgirem elementos informativos de outros crimes em razão do depoimento do colaborador	725
7.3.1.10.	Procedimento judicial de controle e sigilo das negociações	726
7.3.1.10.1.	Distribuição sigilosa do pedido	726
7.3.1.10.2.	Entrega direta das informações	726
7.3.1.10.3.	Sigilo dos autos	726
7.3.1.10.4.	Decisão homologatória do acordo	727
7.3.1.11.	Colaboração do indiciado ou acusado	729
7.3.1.12.	Retratação do acusado em seu interrogatório	729
7.3.1.13.	Contraditório e ampla defesa do investigado ou acusado delatado	729
7.3.1.14.	Suspensão do prazo para a denúncia e do processo	730
7.3.1.15.	Descumprimento das condições estabelecidas na colaboração premiada: efeitos	730
7.3.1.16.	Sentença	730
7.3.1.17.	Aplicação dos institutos da Lei de Organizações Criminosas (12.850/13) à Lei de Terrorismo (Lei 13.260/2016)	731
7.3.2.	Colaboração premiada prevista no art. 159, § 4º, do CP (Extorsão Mediante Sequestro)	731
7.3.3.	Colaboração premiada prevista na Lei dos Crimes Hediondos (Associação Criminosa na prática de crimes hediondos e equiparados)	731
7.3.4.	Colaboração premiada prevista na Lei 7.492/86 (Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional)	732
7.3.5.	Colaboração premiada prevista na Lei de Lavagem de Capitais – Lei 9.613/98)	732
7.3.6.	Colaboração premiada prevista na Lei de Drogas – Lei 11.343/06)	732
7.3.7.	Colaboração premiada prevista na Lei de Proteção às testemunhas – Lei 9.807/99 ...	732

7.3.8.	As normas processuais que disciplinam a colaboração premiada e que são previstas na Lei 12.850/13 (Lei das Organizações Criminosas) aplicam-se apenas aos crimes de organizações e conexos ou a todos os crimes?	733
7.3.9.	As normas de benefícios penais prevista na Lei 12.850/13 (Lei das Organizações Criminosas) aplicam-se apenas aos crimes de organizações e conexos ou a todos os crimes?	733
7.3.10.	Da ação controlada na Lei 12.850/13 (Lei da Organização Criminosa)	734
7.3.10.1.	Conceito	734
7.3.10.2.	Procedimento	734
7.3.10.3.	Ação controlada e transposição de fronteiras	735
7.3.11.	Da ação controlada na Lei de Drogas (Lei 11.343/06)	735
7.3.11.1.	Conceito	735
7.3.11.2.	Procedimento	735
7.3.12.	Da ação controlada na Lei de Lavagem de Capitais (Lei 9.613/98)	736
7.3.13.	Infiltração de agentes na Lei de Organização Criminosa (Lei 12.850/13)	736
7.3.13.1.	Conceito	736
7.3.13.2.	Requisitos para a infiltração	736
7.3.13.3.	Procedimento	737
7.3.13.4.	Direitos do agente infiltrado	738
7.3.13.5.	Punibilidade do agente	738
7.3.14.	Infiltração de agentes na Lei de Drogas (Lei 11.343/06)	739
7.3.14.1.	Disciplina legal da infiltração na Lei de Drogas	739
7.3.15.	Acesso a registros, dados cadastrais, documentos e informações previstos na Lei de Organização Criminosa, na Lei de Lavagem de Capitais e Lei de tráfico de pessoas	739
7.3.16.	Busca de sinal pela autoridade policial ou pelo Ministério Público no caso de tráfico de pessoas	740
7.3.17.	Infiltração de agentes da polícia na internet e crimes contra a dignidade sexual da criança e de adolescente	742

Capítulo 8

Dos Sujeitos processuais 745

8.1.	Conceito de sujeitos processuais	745
8.2.	Classificação dos sujeitos processuais	745
8.2.1.	Sujeitos processuais essenciais, indispensáveis ou principais	745
8.2.2.	Sujeitos processuais acessórios ou secundários	746
8.2.3.	Sujeitos processuais parciais e imparciais	746
8.3.	Do juiz	746
8.3.1.	Conceito	746
8.3.2.	Juiz natural no processo penal	746
8.3.3.	Identidade física do juiz	747
8.3.4.	Juiz imparcial. Causas de impedimento e suspeição do juiz com a atividade jurisdicional	747
8.3.4.1.	Imparcialidade do julgador	747
8.3.4.2.	Impedimento do Juiz	747
8.3.4.2.1.	Conceito de Impedimento	747
8.3.4.2.2.	O impedimento do juiz gera a inexistência ou nulidade do processo?	747

8.3.4.2.3.	Causas de impedimento	748
8.3.4.3.	Suspeição do juiz	750
8.3.4.3.1.	Conceito. Rol taxativo. Suspeição e nulidades	750
8.3.4.3.2.	Causas de suspeição	751
8.3.4.3.3.	Impossibilidade de se reconhecer a suspeição quando propositalmente criada	753
8.3.4.4.	Cessação dos impedimentos e da suspeição	753
8.3.4.5.	Reconhecimento dos impedimentos ou da suspeição	753
8.3.4.6.	Incompatibilidades	753
8.3.4.7.	Suspeição do magistrado por foro íntimo	754
8.3.5.	Poderes do juiz	755
8.3.5.1.	Poder jurisdicional (ou poder-fim)	755
8.3.5.2.	Poderes – meios ou poderes instrumentais	755
8.3.5.3.	Poderes administrativos	755
8.3.5.4.	Poderes at�picos ou an�malos	755
8.4.	Ministério Público	756
8.4.1.	Conceito.....	
	Atuação	756
8.4.2.	Princípios institucionais do Ministério Público	756
8.4.3.	Princípio do Promotor natural aplicado ao processo penal. Grupos especializados. Designações	758
8.4.4.	Promotor isento. Causas de impedimento e suspeição do membro do Ministério Público	759
8.4.5.	Capacidade postulatória do MP perante os Tribunais	759
8.5.	Predicamentos ou prerrogativas da Magistratura e do Ministério Público	760
8.6.	Acusado	761
8.6.1.	Conceito. Denominações. Capacidade. Identificação	761
8.6.2.	Direitos processuais essenciais do acusado	762
8.6.3.	Condução coercitiva do acusado	763
8.7.	Defensor	764
8.7.1.	Conceito. Prerrogativas	764
8.7.2.	Imprescindibilidade de atuação defensiva efetiva	764
8.7.3.	Modalidades de defensores	765
8.7.4.	Manifestações fundamentadas dos defensores	766
8.7.5.	Abandono do processo pelo defensor	766
8.7.6.	Defensor e causas de suspeição, impedimento ou incompatibilidade	767
8.7.7.	Advogado indiciado, acusado ou vítima e intervenção da OAB	767
8.7.8.	Direitos e prazos processuais especiais para advogada gestante, lactante e adotante	767
8.8.	Curador	768
8.9.	Ofendido ou vítima	769
8.9.1.	Conceito. Participação processual	769
8.10.	Assistente da acusação	771
8.10.1.	Conceito	771
8.10.2.	Ofendido pobre	771
8.10.3.	Fase da perseguição em que é admitida a assistência	771

8.10.4.	Crimes que admitem a assistência	771
8.10.5.	Diferenciação conceitual entre vítima e prejudicado	772
8.10.6.	É possível assistência da acusação em contravenções penais?	772
8.10.7.	Qual a razão de ser deste sujeito processual contingente (acessório), que é o assistente da acusação?	772
8.10.8.	Quem pode ser assistente?	773
8.10.9.	Quem não pode ser assistente?	773
8.10.10.	Ingresso do assistente	773
8.10.11.	Intimações do assistente da acusação	774
8.10.12.	Atuação do assistente	774
8.10.13.	O rol de atribuições do assistente é taxativo ou ampliativo?	777
8.10.14.	É possível ao assistente da acusação aditar o rol de testemunhas do Ministério Público?	777
8.11.	Funcionários da justiça	778
8.12.	Peritos e intérpretes	778
8.12.1.	Conceito	778
8.12.2.	Obrigações do perito	779
8.12.3.	Quem não pode ser perito?	779
8.12.4.	Suspeição dos peritos	779

Capítulo 9

Da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória 781

9.1.	Prisão.....	
	Conceito.....	
	Espécies	781
9.1.1.	Conceito	781
9.1.2.	Espécies	781
9.1.3.	Prisão processual ou cautelar. Conceitos gerais do instituto	782
9.1.3.1.	Presunção de inocência e prisão cautelar. Excepcionalidade da prisão cautelar	782
9.1.3.2.	STF: conceito atual de trânsito em julgado para efeito de prisão	782
9.1.4.	Cláusula de reserva de jurisdição da prisão e crimes militares	783
9.1.5.	Pressuposto e fundamento da Prisão Cautelar ou processual	783
9.1.5.1.	Pressuposto da prisão cautelar	783
9.1.5.2.	Fundamentos da prisão cautelar. Perigo da liberdade (periculum in mora ou periculum libertatis)	784
9.1.6.	Prisão cautelar e princípio da proporcionalidade	784
9.1.6.1.	Fundamento constitucional das prisões cautelares	784
9.1.6.2.	Homogeneidade das prisões cautelares	785
9.1.7.	Quem pode ser preso cautelarmente? Imunidades à prisão precautelada (prisão em flagrante) e às prisões cautelares – prisão preventiva e temporária	785
9.1.8.	Ocasão para cumprimento das prisões processuais ou cautelares. Restrições do direito eleitoral	791
9.1.9.	Formalização da ordem de prisão processual ou cautelar. Mandado de prisão: Requisitos intrínsecos e extrínsecos de validade	792
9.1.10.	Direitos do preso provisório	794
9.1.11.	Desnecessidade de expedição de mandado	795

9.1.12.	Prisão por precatória	795
9.1.13.	Prisão e inviolabilidade domiciliar	795
9.1.14.	Registro do mandado de prisão no CNJ	796
9.2.	Prisão em flagrante	796
9.2.1.	Conceito	796
9.2.2.	Natureza jurídica mista administrativa-jurídica (pré-cautelar) da prisão em flagrante	796
9.2.3.	Finalidades da prisão em flagrante	797
9.2.4.	Fases da prisão em flagrante	797
9.2.5.	Sujeitos da prisão em flagrante. Sujeito ativo (flagrante compulsório e facultativo). Sujeito passivo (quem pode ser preso em flagrante)	798
9.2.6.	Espécies de prisão em flagrante	798
9.2.7.	Inviolabilidade de domicílio e prisão em flagrante	800
9.2.8.	Local da infração e local da lavratura do auto de prisão em flagrante. Competência territorial. Competência absoluta	801
9.2.9.	Quem se apresenta espontaneamente ao delegado pode ser preso em flagrante? ..	802
9.2.10.	Denominações dadas pela doutrina a certos flagrantes	802
9.2.11.	Crimes que admitem a prisão em flagrante	803
9.2.12.	Autoridade com atribuição para lavrar o auto de prisão	804
9.2.13.	Auto de prisão em flagrante. Conceito. Procedimento. Comunicações obrigatórias. Decisões possíveis a respeito da prisão em flagrante. Audiência de Custódia ...	805
9.2.13.1.	Conceito	805
9.2.13.2.	Procedimento	805
9.2.13.3.	Comunicações obrigatórias. Comunicação imediata, Remessa das cópias do auto de prisão em flagrante em até 24 horas. Entrega da nota de culpa	807
9.2.13.4.	Decisões possíveis quando o juiz recebe cópia do auto de prisão em flagrante	808
9.2.13.5.	Audiência de Custódia ou de apresentação	809
9.2.13.5.1.	Origem normativa. Constitucionalidade	809
9.2.13.5.2.	Conceito. Finalidades. Prazo. Procedimento. Registro. Valor Probatório	810
9.2.13.5.2.1.	Conceito	810
9.2.13.5.2.2.	Finalidades da audiência de custódia	811
9.2.13.5.2.3.	Prazo para realização da audiência	813
9.2.13.5.2.4.	Procedimento da audiência de custódia	813
9.2.13.5.2.5.	Valor probatório das declarações do preso na audiência de custódia	814
9.3.	Prisão preventiva	814
9.3.1.	Conceito	814
9.3.2.	Momento para se decretar a prisão preventiva. Fase investigativa. Fase processual ..	815
9.3.3.	Pressuposto e fundamentos da prisão preventiva	816
9.3.4.	Condições de admissibilidade ou requisitos da prisão preventiva	819
9.3.5.	Vedação à prisão preventiva	821
9.3.6.	Possibilidade de o juiz decretar a prisão preventiva de ofício. Fundamentação da decisão. Fundamentação acrescida. Fundamentação por relação	822
9.3.7.	Prisão preventiva e cláusula rebus sic stantibus	822

9.3.8.	Prisão preventiva e excesso de prazo	823
9.3.9.	Prisão preventiva e recurso	824
9.3.10.	Casuística prisão preventiva e cautelares	824
9.3.11.	Prisão domiciliar	825
9.3.11.1.	Conceito	825
9.3.11.2.	Hipóteses de cabimento	826
9.4.	Prisão temporária (Lei n. 7.960/89)	827
9.4.1.	Conceito e natureza jurídica da prisão temporária	827
9.4.2.	Crimes que autorizam a decretação da prisão temporária	828
9.4.3.	Pressuposto e fundamentos para a decretação da prisão temporária	828
9.4.3.1.	Pressuposto da prisão temporária. Existência de fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado em determinados crimes (art. 1º, III, da Lei 7.960/89)	828
9.4.3.2.	Fundamento para a decretação da prisão temporária. Imprescindibilidade da prisão para as investigações criminais (normalmente do inquérito policial – art. 1º, I, da Lei 7.960/89)	829
9.4.3.3.	Imprescindibilidade da prisão para as investigações criminais em razão de o indicado não possuir residência fixa ou não fornecer elementos necessários ao esclarecimento de sua identidade (art. 1º, II, da Lei 7.960/89)	829
9.4.4.	Procedimento para a decretação da prisão temporária e sua duração	830
9.4.5.	Prisão temporária e recurso	831
9.4.6.	Cumprimento do mandado de prisão temporária	831
9.4.7.	Expiração da prisão temporária e a soltura automática do preso	831
9.4.8.	O delegado de polícia pode soltar o indiciado antes do fim do prazo da prisão?	831
9.4.9.	Conversão da prisão temporária em preventiva	832
9.5.	Prisão processual especial	832
9.5.1.	Conceito	832
9.5.2.	Beneficiários	832
9.6.	Separação de presos provisórios	835
9.7.	Medidas cautelares diversas da prisão	835
9.7.1.	Conceito. Binômio das cautelares e sua taxatividade	835
9.7.2.	Indispensabilidade de fundamentação	835
9.7.3.	Aplicação isolada ou cumulativa das medidas cautelares	836
9.7.4.	Momento de decretação das cautelares	836
9.7.5.	Medidas cautelares e contraditório	836
9.7.6.	Descumprimento das medidas cautelares	836
9.7.7.	Transitoriedade das medidas cautelares	837
9.7.8.	Infrações que autorizam a aplicação das medidas cautelares	837
9.7.9.	Medidas cautelares e recursos	837
9.7.10.	Medidas cautelares pessoais em espécie	837
9.7.11.	Medidas cautelares e detração	844
9.7.12.	Existe poder geral de cautela do juiz no processo penal?	845
9.8.	Liberdade provisória	846
9.8.1.	Conceito e fundamento constitucional	846

9.8.2.	Momento de concessão da liberdade provisória	846
9.8.3.	Espécies de liberdade provisória	846
9.8.4.	Liberdade provisória com fiança	850
9.8.4.1.	Conceito de fiança	850
9.8.4.2.	Quem pode conceder a fiança?	850
9.8.4.3.	Crimes inafiançáveis	851
9.8.4.4.	Proibição processual à fiança	851
9.8.4.5.	Valor da fiança	851
9.8.4.6.	Obrigações do afiançado	852
9.8.4.7.	No que pode consistir a fiança?	852
9.8.4.8.	Modo e momento de concessão da fiança	852
9.8.4.9.	Fiança e contraditório	852
9.8.4.10.	Destino dos valores ou bens entregues a título de fiança	853
9.8.4.11.	Cassação da fiança	855
9.8.4.12.	Reforço da fiança	855
9.8.4.13.	Quebra da fiança	856
9.8.4.14.	Perda da fiança	857
9.8.4.15.	Redução, dispensa e substituição de fiança	857
9.8.4.16.	Concessão ou denegação de liberdade provisória. Recursos. Decisão que concede, nega, arbitra, cassa ou julga inidônea a fiança	857

Capítulo 10

Procedimentos: Institutos comuns 859

10.1.	Conceito de procedimento	859
10.2.	Espécies de procedimento. Procedimentos comuns previstos no CPP	859
10.3.	Procedimentos especiais previstos no CPP	860
10.4.	Procedimentos especiais previstos na legislação extravagante	861
10.5.	Prioridade de tramitação de processos	861
10.6.	Razão de ser dos procedimentos especiais	862
10.7.	Conexão e continência de delitos que possuem ritos diversos. Prevalência do mais amplo	862
10.8.	Mudança de rito no decorrer do processo	862
10.9.	Fases comuns a todos os procedimentos de 1º grau	863
10.9.1.	Fases genéricas de todos procedimentos penais	863
10.9.2.	1ª Fase (postulatória): Fase do oferecimento e recebimento ou rejeição da denúncia ou queixa	864
10.9.2.1.	Denúncia ou queixa e crivo judicial quanto ao seu recebimento	864
10.9.2.2.	Modificação da imputação pelo juiz no ato de recebimento da denúncia	865
10.9.3.	2ª Fase (Fase de comunicação ou chamamento). Citação/Intimação	866
10.9.3.1.	Conceito	866
10.9.3.2.	Citação. Fundamento constitucional e convencional	866
10.9.3.3.	Espécies de citação	866
10.9.3.3.1.	Citação pessoal ou real. Conceito	867
10.9.3.3.1.1.	Espécies de citação pessoal ou real	867

10.9.3.3.1.1.	Citação pessoal por mandado	867
10.9.3.3.1.2.	Citação pessoal do réu preso	869
10.9.3.3.1.3.	Citação pessoal do militar	870
10.9.3.3.1.4.	Citação pessoal do funcionário público	871
10.9.3.3.1.5.	Citação por carta precatória	871
10.9.3.3.1.6.	Citação por carta de ordem	872
10.9.3.3.1.7.	Citação por carta rogatória	872
10.9.3.3.2.	Citação ficta. Citação com hora certa. Citação por edital	873
10.9.3.3.2.1.	Citação ficta. Conceito	873
10.9.3.3.2.2.	Espécies de citação ficta	873
10.9.3.3.2.2.1.	Citação com hora certa	873
10.9.3.3.2.2.2.	Citação por edital	875
10.9.3.3.2.2.3.	Citação por edital. Suspensão do processo e possibilidade de se decretar a prisão preventiva e a produção antecipada de provas	876
10.9.3.4.	Revelia	878
10.9.3.4.1.	Conceito	878
10.9.3.4.2.	Hipóteses de decretação da revelia	878
10.9.3.4.3.	Efeitos da revelia no processo penal	880
10.9.3.4.4.	Levantamento da revelia	880
10.9.3.5.	Intimações	880
10.9.3.5.1.	Conceito	880
10.9.3.5.2.	Intimação dos defensores constituídos	881
10.9.3.5.3.	Intimação do defensor nomeado, defensor público e MP	881
10.9.3.5.4.	Adiamento da audiência e intimação das partes	882
10.9.3.5.5.	Sentença publicada em audiência e intimação	882
10.9.3.5.6.	Intimação das partes no processo eletrônico	882
10.9.3.5.7.	Intimação por carta rogatória	882
10.9.4.	3ª Fase (Fase postulatória): Fase da resposta escrita à acusação. Resposta a acusação. Defesa preliminar	883
10.9.4.1.	Resposta à acusação. Conceito	883
10.9.4.2.	Prazo em dobro para a Defensoria Pública	883
10.9.4.3.	Prazo para a defesa do réu citado por edital	884
10.9.4.4.	Não apresentação da defesa no prazo legal	884
10.9.4.5.	Conteúdo da resposta à acusação	884
10.9.4.6.	Momento de apresentação da resposta à acusação	885
10.9.4.7.	Defesa preliminar	886
10.9.4.7.1.	Hipóteses legais de previsão da defesa preliminar	886
10.9.4.8.	Depois de oferecida defesa preliminar ou resposta à acusação, pela defesa, a acusação se manifesta em réplica?	887
10.9.4.9.	No caso de rito especial que preveja a defesa preliminar, antes da denúncia ou queixa, é obrigatória também a resposta à acusação, posterior ao recebimento da peça acusatória?	888
10.9.5.	4ª Fase (Fase decisória): Fase da decisão a respeito da absolvição sumária	888
10.9.5.1.	Conceito de Absolvição Sumária	888

10.9.5.2.	Hipóteses de absolvição sumária	889
10.9.5.3.	Causas de absolvição sumária no júri e sua extensão aos demais ritos	890
10.9.5.4.	Necessidade de decisão fundamentada após o oferecimento da resposta à acusação	890
10.9.5.5.	É possível absolvição sumária, quando o rito especial prevê apenas a defesa preliminar?	891
10.9.5.6.	Absolvição sumária. Recurso. Trânsito em julgado	892
10.9.6.	5ª Fase (Fase instrutória, postulatória e decisória) – Regra geral para todos os julgamentos de 1ª instância: audiência única de instrução, debates e julgamento. Princípio da identidade física do juiz	892
10.9.6.1.	Designação de audiência de instrução, debates e julgamento	892
10.9.6.2.	Indeferimento de produção de provas	893
10.9.6.3.	Ordem de produção da prova em audiência	893
10.9.6.4.	Inversão da ordem na oitiva das testemunhas	894
10.9.6.5.	Procedimento para a oitiva de vítima e testemunhas e do acusado em seu interrogatório	894
10.9.6.5.1.	Modo de se proceder à oitiva de vítimas e testemunhas. Direito de presença do acusado	894
10.9.6.5.2.	Número de testemunhas	896
10.9.6.5.3.	Desistência de oitiva de testemunhas e da vítima. Substituição de testemunhas	896
10.9.6.5.4.	Interrogatório do acusado e direito de audiência	897
10.9.6.5.5.	Registro da prova oral em audiência	897
10.9.6.5.6.	Alegações finais orais	897
10.9.6.5.7.	Sentença	899
10.9.6.5.7.1.	Princípio da identidade física do juiz	900
10.9.6.5.8.	Registro formal da audiência. Possibilidade de gravação da audiência pelas partes	901
10.10.	Suspensão condicional do processo	902
10.10.1.	Conceito. Previsão legal e constitucional. Requisitos legais	902
10.10.2.	O acusado pode ser beneficiado novamente pelo sursis processual?	906
10.10.3.	Quem pode propor a suspensão condicional do processo?	907
10.10.3.1.	Discordância entre o juiz e o promotor a respeito do benefício	908
10.10.3.2.	Aceitação ou recusa da proposta pelo acusado e seu defensor	908
10.10.3.3.	Condições da suspensão condicional do processo	909
10.10.3.3.1.	Condições legais	909
10.10.3.3.2.	Condições judiciais	910
10.10.3.3.3.	Suspensão condicional do processo e penas restritivas de direitos	910
10.10.3.3.4.	Controle de cumprimento das condições fixadas	910
10.10.3.3.5.	Condições da suspensão condicional do processo no caso de crimes ambientais	910
10.10.3.4.	Momento adequado para a realização da proposta de suspensão condicional do processo	911
10.10.3.5.	Homologação da suspensão condicional do processo e recurso	917
10.10.3.6.	Revogação obrigatória da suspensão	917
10.10.3.7.	Revogação facultativa da suspensão	918

10.10.3.8.	Condenação do acusado sem que tenha sido feita a proposta do benefício	918
10.10.3.9.	Suspensão e prescrição	919
10.10.3.10.	Extinção da punibilidade	919
10.11.	Ações, processos e decisões condenatórias, declaratórias e constitutivas (positivas e negativas)	920
10.12.	Decisões judiciais	920
10.12.1.	Classificação genérica doutrinária das decisões judiciais	920
10.12.2.	Classificação específica das decisões judiciais no processo penal. Despachos de mero expediente. Decisões Interlocutórias. Decisões interlocutórias mistas. Decisões definitivas em sentido estrito e amplo. Recorribilidade dessas decisões ...	921
10.12.3.	Sentença	924
10.12.3.1.	Conceito.....	
	Classificação	924
10.12.3.2.	Classificação das sentenças	924
10.12.3.3.	Elementos da sentença	925
10.12.3.4.	Embargos declaratórios	927
10.12.3.5.	Sentença absolutória	927
10.12.3.5.1.	Conceito	927
10.12.3.5.2.	Sentença absolutória.....	
	Espécies	927
10.12.3.5.3.	Fundamentos absolutórios	928
	10.12.3.5.3.1. Possibilidade de se recorrer para alterar o fundamento da absolvição	929
10.12.3.5.4.	Sentença absolutória: Efeitos	929
10.12.3.6.	Sentença condenatória	930
10.12.3.6.1.	Conceito	930
10.12.3.6.2.	Fundamentos condenatórios	930
10.12.3.6.3.	Sentença condenatória. Fundamentação dos fatos e do direito. Aplicação fundamentada da pena pelo método trifásico	930
	10.12.3.6.3.1. Aplicação da pena pelo método trifásico	931
	10.12.3.6.3.1.1. Método trifásico: noções gerais	931
	10.12.3.6.3.1.2. Estabelecimento da pena – base	931
	10.12.3.6.3.1.3. Análise das circunstâncias agravantes e atenuantes	932
	10.12.3.6.3.1.4. Aplicação das causas de aumento e diminuição de pena	933
	10.12.3.6.3.1.5. Estabelecimento do regime de cumprimento de pena	933
10.12.3.6.4.	Fixação de valor mínimo de reparação	937
	10.12.3.6.4.1. Noções gerais. Possibilidade de indenização pelos danos materiais e morais sofridos	937
	10.12.3.6.4.2. Retroatividade da reparação de danos	938
	10.12.3.6.4.3. Sentença condenatória e prisão preventiva ou outras medidas cautelares	938
	10.12.3.6.4.4. Sentença condenatória. Detração penal e fixação do regime inicial de cumprimento da pena. Sentença condenatória, prescrição e detração	939

10.12.3.6.4.5.	Sentença condenatória e pedido de absolvição	942
10.12.3.6.4.6.	Efeitos das sentenças condenatórias. Efeitos penais principais e secundários. Efeitos extrapenais. Efeitos extrapenais obrigatórios ou automáticos.....	
	Efeitos extrapenais específicos	943
10.12.3.7.	Publicação da sentença	953
10.12.3.7.1.	Conceito	953
10.12.3.7.2.	Efeito penal da publicação da sentença condenatória	954
10.12.3.7.3.	Exaurimento da jurisdição e possibilidade de modificação do teor da sentença publicada	954
10.12.3.8.	Intimação das sentenças	955
10.12.3.9.	Princípio da correlação entre a acusação e sentença. <i>Emendatio libelli</i> e <i>mutatio libelli</i>	956
10.12.3.9.1.	Noções gerais	956
10.12.3.9.2.	Emenda da acusação. <i>Emendatio libelli</i>	957
10.12.3.9.2.1.	Previsão legal	957
10.12.3.9.2.2.	<i>Emendatio libelli</i> e julgamento pelo Tribunal	957
10.12.3.9.2.3.	<i>Emendatio libelli</i> e proposta de suspensão condicional do processo	957
10.12.3.9.2.4.	<i>Emendatio libelli</i> e incompetência	957
10.12.3.9.2.5.	Classificação doutrinária da <i>emendatio libelli</i> .	958
10.12.3.9.2.6.	A <i>emendatio libelli</i> só é aplicável, pelo juiz, na sentença?	961
10.12.3.9.3.	Modificação da acusação. <i>Mutatio libelli</i>	961
10.12.3.9.3.1.	Conceito legal	961
10.12.3.9.3.2.	Diferença entre <i>emendatio</i> e <i>mutatio libelli</i>	962
10.12.3.9.3.3.	Momento processual para a aplicação da <i>mutatio libelli</i>	962
10.12.3.9.3.4.	Iniciativa e procedimento da <i>mutatio libelli</i>	963
10.12.3.9.3.5.	Recurso do não recebimento do aditamento ...	965
10.12.3.9.3.6.	<i>Mutatio libelli</i> pelo Tribunal	965
10.12.3.9.3.7.	Efeito da não aplicação da <i>mutatio libelli</i>	966
10.12.3.9.3.8.	É preciso usar-se da <i>mutatio libelli</i> para se reconhecer agravantes?	967
10.12.3.9.3.9.	É possível a <i>mutatio libelli</i> para acrescentar à acusação fato completamente novo?	968
10.12.3.9.3.10.	É possível a <i>mutatio libelli</i> em ação penal privada?	969
10.12.3.9.3.11.	<i>Mutatio libelli</i> e falta de legitimidade superveniente do titular da ação penal	970
10.12.3.9.3.12.	O aditamento da <i>mutatio</i> bitola sempre o juiz?	971
10.12.3.9.3.13.	<i>Emendatio</i> ou <i>mutatio libelli</i> e suspensão condicional do processo	972
10.12.3.9.3.14.	<i>Emendatio</i> ou <i>mutatio libelli</i> e transação penal	974

10.12.3.9.3.15.	Emendatio ou <i>mutatio libelli</i> , transação penal e remessa aos Juizados Especiais Criminais	977
10.12.3.9.3.16.	Emendatio e <i>mutatio libelli</i> e alteração de competência	977
10.13.	Preclusão	978
10.14.	Pressupostos processuais	978
10.15.	Disposições gerais do CPP	981
10.15.1.	Audiências e sessões e atos processuais,	
	Publicidade em geral	981
10.15.1.1.	Polícia das audiências e das sessões.....	
	Requerimentos	982
10.15.2.	Datas em que podem ser praticados os atos processuais	982
10.15.3.	Prazos processuais	982
10.15.3.1.	Regras gerais	982
10.15.3.2.	Início da contagem do prazo	983
10.15.3.3.	Prazo concedido ao escrivão para a prática dos atos processuais	983
10.15.3.4.	Prazos do juiz	983
10.15.3.5.	Punição de juizes e membros do MP que ultrapassarem o prazo dos atos processuais	983
10.15.4.	Suspensão do expediente e dos prazos processuais	984
10.15.5.	Retirada dos autos em cartório pelas partes	985
10.15.6.	Pagamento de custas	985
10.16.	O que é a verdade no processo penal?	985

Capítulo 11

Procedimentos comuns do CPP	987
11.1. Espécies de procedimentos previstos no CPP	987
11.2. Procedimento comum ordinário	987
11.2.1. Aplicação subsidiária do procedimento comum ordinário	987
11.2.2. Objeto do procedimento comum ordinário	988
11.2.3. Etapas do procedimento comum ordinário	988
11.2.3.1. Recebimento ou rejeição da denúncia ou queixa	988
11.2.3.2. Recebimento da denúncia ou queixa	989
11.2.3.3. Resposta escrita à acusação	989
11.2.3.4. Decisão a respeito da absolvição sumária	989
11.2.3.4.1. Não incidência das hipóteses de absolvição sumária	989
11.2.3.4.2. Incidência das hipóteses de absolvição sumária	989
11.2.3.5. Audiência de instrução, debates e julgamento	990
11.2.3.5.1. Prazo para sua designação	990
11.2.3.5.2. Ordem da instrução na audiência	990
11.2.3.5.3. Requerimento de diligências	990
11.2.3.5.4. Alegações finais orais e sentença	991
11.2.3.5.5. Termo de audiência	992
11.3. Procedimento sumário	992
11.3.1. Objeto do procedimento comum sumário	992

11.3.2.	Etapas do procedimento comum sumário	993
11.3.2.1.	Recebimento ou rejeição da denúncia ou queixa	993
11.3.2.2.	Recebimento da denúncia ou queixa	993
11.3.2.3.	Resposta escrita à acusação	993
11.3.2.4.	Decisão a respeito da absolvição sumária	993
11.3.2.5.	Audiência de instrução, debates e julgamento	994
11.3.2.5.1.	Prazo para sua designação	994
11.3.2.5.2.	Ordem da instrução na audiência	994
11.3.2.5.3.	Requerimento de diligências em audiência	994
11.3.2.5.4.	Alegações finais orais e sentença	995
11.3.2.5.5.	Termo de audiência	995

Capítulo 12

Procedimentos especiais do CPP 997

12.1.	Procedimento especial do Júri	997
12.1.1.	Conceito. Previsão constitucional e natureza jurídica	997
12.1.2.	Princípios constitucionais do Júri	997
12.1.3.	Procedimento especial do Júri	998
12.1.3.1.	Juízo da acusação ou <i>judicium accusatorum</i>	998
12.1.3.1.1.	Denúncia, resposta à acusação ou defesa prévia	998
12.1.3.1.2.	Despacho inicial	999
12.1.3.1.3.	Audiência de instrução, debates e julgamento	999
12.1.3.1.4.	Decisões possíveis	1000
12.1.3.1.4.1.	Pronúncia: fundamentação e efeitos	1000
12.1.3.1.4.1.1.	Pronúncia e prisão do acusado	1001
12.1.3.1.4.1.2.	Intimação da decisão de pronúncia	1001
12.1.3.1.4.1.3.	Recurso da decisão de pronúncia	1001
12.1.3.1.4.2.	Impronúncia	1001
12.1.3.1.4.2.1.	Impronúncia e recurso	1002
12.1.3.1.4.3.	Desclassificação	1002
12.1.3.1.4.3.1.	Desclassificação e conflito de competência	1002
12.1.3.1.4.3.2.	Recurso da decisão desclassificatória	1002
12.1.3.1.4.4.	Absolvição sumária	1002
12.1.3.1.4.4.1.	Inimputabilidade e absolvição sumária	1003
12.1.3.1.4.4.2.	Recurso da sentença de absolvição sumária	1003
12.1.3.2.	Juízo da causa ou <i>judicium causae</i>	1003
12.1.3.2.1.	Da preparação do processo para julgamento em plenário – Requerimento de diligências e arrolamento de testemunhas	1004
12.1.3.2.2.	Despacho saneador e juntada de relatório sucinto aos autos	1004
12.1.3.2.3.	Julgamento pelo júri	1005

12.1.3.2.3.1.	Quórum mínimo de jurados.....	
	Arguição de nulidades	1005
12.1.3.2.3.2.	Ausência das partes e do réu	1005
12.1.3.2.3.3.	Ausência de testemunha arrolada pelas partes	1006
12.1.3.2.3.4.	Advertência do juiz presidente aos jurados a respeito dos impedimentos, incompatibilidades e suspeições e sobre o dever de incomunicabilidade	1006
12.1.3.2.3.5.	Análise pelo juiz presidente dos casos de impedimentos, isenção ou dispensa dos jurados	1007
12.1.3.2.3.6.	Recusas peremptórias ou imotivadas	1008
12.1.3.2.3.7.	Estouro de urna	1008
12.1.3.2.3.8.	Formação do Conselho de Sentença e compromisso dos jurados	1009
12.1.3.2.3.9.	Entrega de cópias da pronúncia e do relatório do processo	1009
12.1.3.2.3.10.	Instrução em plenário	1009
12.1.3.2.3.10.1.	Testemunha residente em outra comarca	1009
12.1.3.2.3.10.2.	Incomunicabilidade das testemunhas	1009
12.1.3.2.3.10.3.	Inquirição das vítimas e testemunhas	1010
12.1.3.2.3.10.4.	Dissolução do Conselho para a realização de diligências	1010
12.1.3.2.3.10.5.	Leitura de peças	1010
12.1.3.2.3.10.6.	Interrogatório	1010
12.1.3.2.3.10.7.	Uso de algemas em plenário	1010
12.1.3.2.3.11.	Debates	1011
12.1.3.2.3.11.1.	Tempo dos debates	1011
12.1.3.2.3.11.2.	Limitação temática aos debates	1011
12.1.3.2.3.11.3.	Aparte	1012
12.1.3.2.3.11.4.	Pedido de informações ou esclarecimentos de fatos pela parte ou pelos jurados	1012
12.1.3.2.3.11.5.	Réplica e tréplica	1012
12.1.3.2.3.11.6.	Proibição da leitura ou produção de documento novo em plenário	1013
12.1.3.2.3.12.	Dos quesitos	1014
12.1.3.2.3.12.1.	Ordem dos quesitos	1014
12.1.3.2.3.13.	Julgamento na sala especial	1015
12.1.3.2.3.14.	Votação dos quesitos	1015
12.1.3.2.3.15.	Sigilo das votações	1015
12.1.3.2.3.16.	Leitura da sentença e sua intimação	1016
12.1.3.2.3.17.	Atribuições do presidente do Tribunal do Júri	1017
12.1.3.2.3.18.	Ata dos trabalhos	1017
12.1.4	Desaforamento	1017

12.1.4.1.	Conceito e hipóteses de cabimento	1017
12.1.4.2.	Legitimidade e momento oportuno para o pedido de desaforamento ..	1017
12.1.4.3.	Suspensão do julgamento	1018
12.1.4.4.	Processamento	1018
12.1.5	Jurados	1019
12.1.5.1.	Conceito	1019
12.1.5.2.	Benefícios	1019
12.1.5.3.	Recusa ao serviço do Júri	1019
12.1.5.4.	Responsabilidade criminal do jurado	1019
12.1.5.5.	Vedação de desconto nos vencimentos ou salário do jurado	1020
12.1.6.	Organização do Júri	1020
12.1.6.1.	Lista de jurados	1020
12.1.6.2.	Publicação da lista	1020
12.1.6.3.	Renovação da lista	1020
12.1.6.4.	Sorteio dos jurados	1021
12.1.6.5.	Convocação dos jurados	1021
12.1.6.6.	Organização da pauta de julgamentos pelo Júri	1021
12.1.6.6.1.	Regra geral (art. 429 do CPP)	1021
12.2.	Procedimento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos	1022
12.2.1.	Objeto do rito	1022
12.2.2.	Especialidade do rito	1022
12.2.3.	Defesa preliminar e inquérito policial	1023
12.2.4.	Defesa preliminar e ex-funcionário	1024
12.2.5.	Procedimento após o oferecimento da resposta preliminar	1024
12.2.6.	Resposta preliminar e resposta à acusação	1024
12.2.7.	Crime funcional e infração de menor potencial ofensivo	1025
12.2.8.	Crimes funcionais e prerrogativa de foro	1025
12.3.	Procedimento dos crimes contra a honra	1025
12.3.1.	Objeto do rito	1025
12.3.2.	Ação penal dos crimes contra a honra	1026
12.3.3.	Especialidades do rito	1027
12.3.3.1.	Audiência de reconciliação	1027
12.3.3.2.	Rito dos crimes contra a honra	1027
12.3.3.3.	Exceção da verdade e da notoriedade	1028
12.3.3.3.1.	Conceito	1028
12.3.3.3.2.	Modalidades de exceção da verdade	1029
12.3.3.3.3.	Exceção da notoriedade	1029
12.3.3.3.4.	Processamento das exceções	1030
12.3.3.3.4.1.	Exceções e foro por prerrogativa de função ...	1030
12.3.3.4.	Pedido de explicações em juízo	1031
12.4.	Procedimento dos crimes contra a propriedade imaterial	1032
12.4.1.	Objeto do rito	1032
12.4.2.	Ação penal do crime de violação de direito autoral e procedimento	1032
12.4.3.	Especialidades do rito	1033
12.4.3.1.	Imprescindibilidade do exame de corpo de delito quando a infra- ção deixar vestígios	1033

12.4.3.2.	Especialidades da ação penal privada por crime de violação de direito autoral	1034
12.4.3.2.1.	Prova do direito à ação no caso de ação penal privada	1034
12.4.3.2.2.	Diligência de busca e apreensão na ação penal privada. Laudo pericial. Prazo para oferecimento da queixa	1034
12.4.3.3.	Especialidades da ação penal pública por crime de violação de direito autoral	1035
12.4.3.3.1.	Diligência de busca e apreensão. Laudo pericial	1035
12.4.3.3.2.	Depósito dos bens	1035
12.4.3.3.3.	Destruição dos bens	1035
12.4.3.3.4.	Assistentes da acusação	1036

Capítulo 13

Procedimentos especiais da legislação extravagante 1037

131.	Lei de Drogas – Lei n. 11.343/2006	1037
131.1.	Rito especial e aplicação subsidiária do CPP	1037
131.2.	Fase investigatória (inquérito policial) – particularidades	1037
131.2.1.	Prazos do inquérito policial	1037
131.2.2.	Relatório da autoridade policial	1037
131.2.3.	Remessa do inquérito a juízo e continuidade das investigações	1038
131.2.4.	Infiltração de agentes de polícia	1038
131.2.5.	Flagrante retardado ou diferido	1038
131.2.6.	Delação ou colaboração premiada e Lei de Drogas	1039
131.2.7.	Flagrante na Lei de Drogas	1039
131.2.8.	Lei de Drogas e liberdade provisória	1040
131.3.	Fase judicial – particularidades	1040
131.3.1.	Remessa dos autos ao MP	1040
131.3.2.	Defesa prévia ou preliminar	1041
131.3.3.	Decisões possíveis na fase de recebimento da denúncia	1042
131.3.4.	Designação de audiência	1043
131.3.5.	Recebimento da denúncia e medida cautelar	1043
131.3.6.	Exceções processuais	1044
131.3.7.	Audiência de instrução, debates e julgamento	1044
131.3.8.	Audiência de instrução, debates e julgamento	1044
131.3.9.	Destruição das drogas	1045
131.3.10.	Sentença e perda de produtos, bens ou valores apreendidos	1046
131.3.11.	Sentença condenatória e prova da materialidade delitiva	1046
131.3.12.	Sentença condenatória e recurso	1047
131.3.13.	Expropriação de terras em que se cultiva plantas psicotrópicas	1048
131.3.14.	Lei de Drogas e Juizado Especial Criminal	1048
131.3.15.	Lei de Drogas e conexão com outros delitos	1048
131.3.16.	Lei de Drogas e competência da Justiça Federal	1049
13.2.	Lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha)	1049
13.2.1.	Violência doméstica e familiar contra a mulher: hipóteses de incidência da Lei Maria da Penha	1049

13.2.2.	Fase policial – Do atendimento pela autoridade policial da mulher vítima de violência doméstica e familiar. Providências preliminares e medidas protetivas	1051
13.2.3.	Ações penais públicas condicionadas à representação	1051
13.2.4.	Violência doméstica e familiar e impossibilidade de aplicação de “penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária”. Impossibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos e de reconhecimento do princípio da insignificância	1052
13.2.5.	Competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	1053
13.2.6.	Norma de transição	1053
13.2.7.	Lei Maria da Penha e Juizados Especiais Criminais (Lei n. 9.099/95)	1053
13.2.8.	Lei Maria da Penha e Júri	1054
13.2.9.	Procedimento	1055
13.2.10.	Das medidas protetivas de urgência	1055
13.2.11.	Medidas protetivas e prisão preventiva	1055
13.2.12.	Da atuação do Ministério Público	1056
13.2.13.	Inquirição da mulher em situação de violência doméstica e familiar ou de testemunha de violência doméstica	1056
13.2.13.1.	Linhas gerais	1056
13.2.13.2.	Procedimento de inquirição	1057
13.3.	Juizado Especial Criminal (Lei 9.099/95)	1058
13.3.1.	Previsão constitucional	1058
13.3.2.	Competência do Juizado Especial Criminal	1058
13.3.2.1.	Competência material do Juizado	1058
13.3.3.	Exceções à competência material do Juizado	1060
13.3.3.1.	Autores com foro por prerrogativa de função	1060
13.3.3.2.	Conexão e continência entre infrações de menor potencial ofensivo e crimes de competência do Juízo Comum ou do Júri	1061
13.3.3.3.	Impossibilidade de citação pessoal do acusado	1062
13.3.3.4.	Complexidade fática da causa	1063
13.3.3.5.	Crimes militares. Crimes eleitorais	1063
13.3.3.6.	Quaisquer Infrações penais contra a mulher no contexto de violência doméstica e familiar (Lei 11.340/06 – “Lei Maria da Penha”)	1064
13.3.4.	Princípios informadores do Juizado Especial	1065
13.3.5.	Investigação das infrações de menor potencial ofensivo	1065
13.3.5.1.	Termo circunstanciado	1065
13.3.5.2.	Prisão em flagrante do autor do fato	1067
13.3.6.	Competência territorial do Juizado	1068
13.3.7.	Fase preliminar do Juizado – composição civil e transação penal	1068
13.3.7.1.	Audiência Preliminar	1068
13.3.7.2.	Composição dos danos	1069
13.3.7.3.	Transação penal	1070
13.3.7.3.1.	Conceito	1070
13.3.7.3.2.	Condições da transação penal	1071
13.3.7.3.3.	Condições da transação penal em se tratando de crime ambiental	1072
13.3.7.3.4.	Procedimento da transação	1072
13.3.7.3.5.	Discordância entre promotor e juiz a respeito da transação	1073

13.3.7.3.6.	Homologação da proposta de transação	1074
13.3.7.3.7.	Recurso da sentença homologatória	1075
13.3.7.3.8.	Ocasão processual para a proposta de transação penal	1076
13.3.7.3.9.	Efeitos da transação penal	1079
13.3.7.3.10.	Consequências do descumprimento da transação penal	1079
13.3.8.	Procedimento sumariíssimo do Juizado	1080
13.3.8.1.	Denúncia ou queixa	1080
13.3.8.1.1.	Substrato probatório da denúncia ou da queixa	1080
13.3.8.1.2.	Complexidade dos fatos	1080
13.3.8.1.3.	Formalização da denúncia	1080
13.3.8.1.4.	Número de testemunhas da peça acusatória	1081
13.3.8.2.	Citação	1081
13.3.8.3.	Intimação da vítima, responsável civil, testemunhas, membro do MP, advogados, e Defensoria Pública	1082
13.3.8.4.	Audiência de instrução, debates e julgamento	1082
13.3.8.4.1.	Tentativa de conciliação	1082
13.3.8.4.2.	Defesa preliminar	1083
13.3.8.4.3.	Decisão de recebimento ou rejeição da acusação	1083
13.3.8.4.4.	Ordem da instrução	1083
13.3.8.4.5.	Limitação das provas a serem produzidas em audiência	1084
13.3.8.4.6.	Registro do ocorrido em audiência	1084
13.3.8.4.7.	Debates	1084
13.3.8.4.8.	Sentença	1084
13.3.9.	Aplicação do art. 394, § 4º do CPP ao rito do Juizado	1084
13.3.10.	Sistema recursal do Juizado	1085
13.3.10.1.	Turmas recursais	1085
13.3.10.2.	Dos recursos em espécie	1085
13.3.10.2.1.	Apelação	1085
13.3.10.2.2.	Embargos de declaração	1086
13.3.10.2.3.	Recurso em sentido estrito	1087
13.3.10.2.4.	Recurso especial	1087
13.3.10.2.5.	Recurso extraordinário	1087
13.3.10.2.6.	Intimações dos julgamentos das Turmas Recursais	1087
13.3.10.2.7.	<i>Habeas corpus</i> e mandado de segurança	1088
13.3.10.2.8.	Revisão criminal	1088
13.3.10.2.9.	Outros recursos	1089
13.3.10.3.	Execução penal e Juizados Especiais Criminais	1089
13.3.10.4.	Aplicação subsidiária do CP e do CPP ao rito do juizado	1089
13.3.10.5.	Juizados Especiais Itinerantes	1089
13.4.	Crimes falimentares	1089
13.4.1.	Competência	1089
13.4.2.	Ação penal	1090
13.4.3.	Rito	1090
13.4.4.	Competência do Juízo cível para julgar crimes falimentares	1090
13.5.	Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003)	1091
13.6.	Processo extradicional	1092

13.6.1.	Extradicação. Conceito. Competência originária do Supremo	1092
13.6.2.	Hipóteses de vedação à extradição	1092
13.6.3.	Hipóteses de concessão da extradição	1093
13.6.4.	Prisão cautelar extradicional	1093
13.6.5.	Possibilidade de imposição de prisão albergue, domiciliar ou medidas cautelares diversas	1094
13.6.6.	Extradicação voluntária	1094
13.6.7.	Procedimento da extradição	1095
13.6.8.	Julgamento da extradição	1096

Capítulo 14

Nulidades	1099
14.1. Nulidades. Razão de sua existência. Conceito	1099
14.2. Existe nulidade em inquérito policial?	1100
14.3. Nulidade e declaração judicial	1101
14.4. Inexistência. Espécies de nulidades. Nulidade absoluta. Nulidade relativa. Irregularidade	1101
14.4.1. Inexistência	1101
14.4.2. Espécies de nulidades. Nulidade absoluta. Nulidade relativa	1102
14.4.3. Nulidades absolutas e relativas e recursos	1105
14.4.4. Irregularidade	1106
14.5. Princípios aplicáveis às nulidades	1106
14.5.1. Princípio da instrumentalidade das formas ou princípio da finalidade	1106
14.5.2. Princípio da eficácia	1107
14.5.3. Princípio do prejuízo	1107
14.5.4. Princípio da lealdade ou da boa-fé	1107
14.5.5. Princípio do interesse	1108
14.5.6. Princípio da causalidade ou da consequencialidade ou do efeito expansivo	1109
14.5.7. Princípio da conservação dos atos processuais ou do confinamento da nulidade ...	1110
14.5.8. Princípio da convalidação	1110
14.5.9. Princípio da preferência de julgamento pelo mérito da causa em detrimento da declaração de nulidade	1111
14.6. Regras gerais de convalidação ou saneamento, em se tratando de nulidades relativas/absolutas	1111
14.6.1. Preclusão	1112
14.6.1.1. Conceito	1112
14.6.1.2. Espécies de preclusão	1112
14.6.1.2.1. Preclusão temporal (art. 572, I, do CPP)	1112
14.6.1.2.2. Preclusão lógica	1114
14.6.1.2.3. Preclusão consumativa	1115
14.6.1.2.4. Preclusão consumativa eficaz (art. 572, II, do CPP)	1115
14.6.2. Aceitação tácita da nulidade (art. 572, III, do CPP)	1115
14.7. Nulidades em razão da incompetência e sua convalidação através da ratificação	1115
14.8. Nulidade e omissões ou falhas da denúncia, queixa ou representação e sua convalidação através do suprimento	1116

14.9. Nulidade por ilegitimidade do representante da parte e sua convalidação, mediante ratificação	1116
14.10. Nulidade por falta ou nulidade da citação ou intimação e sua convalidação através da substituição	1117
14.11. Nulidade reconhecida e seu efeito: repetição ou renovação do ato processual	1117
14.12. Nulidades em espécie previstas em lei	1117

Capítulo 15

Recursos em geral	1137
15.1. Conceito de recursos	1137
15.2. Pode existir recurso sem ação penal e processo?	1137
15.3. Diferenças entre recursos e ações de impugnação	1138
15.4. Razão da existência dos recursos	1138
15.5. Fundamento constitucional e convencional para o direito de recorrer. Direito de recorrer e direito ao duplo grau de jurisdição. Diferenças	1139
15.5.1. Direito ao duplo grau de jurisdição/direito de recorrer e foro por prerrogativa de função	1140
15.6. Princípios atinentes aos recursos	1141
15.6.1. Princípio da voluntariedade recursal	1141
15.6.2. Princípio da voluntariedade recursal. Exceção: recurso necessário ou ex officio. Disponibilidade recursal	1141
15.6.3. Disponibilidade recursal	1142
15.6.4. Princípio da taxatividade ou tipicidade recursal	1142
15.6.5. Princípio da unirecorribilidade recursal	1143
15.6.5.1. Exceções ao princípio da unirecorribilidade recursal	1143
15.6.6. Princípio da fungibilidade recursal	1144
15.6.6.1. Condições para a fungibilidade recursal	1144
15.6.6.2. Procedimento da fungibilidade recursal	1145
15.6.7. Princípio da convação do recurso defensivo	1145
15.6.8. Princípio da vedação a reformatio in pejus, ou princípio da non reformatio in pejus, ou ainda, efeito prodrômico da sentença	1145
15.6.9. Princípio da reformatio in melius	1151
15.6.10. Princípio da colegialidade	1152
15.7. Pressupostos recursais objetivos e subjetivos	1153
15.7.1. Conceito de Pressupostos recursais	1153
15.7.2. Pressupostos recursais objetivos e subjetivos. Linhas gerais. Juízo de prelibação. Conhecimento do recurso	1153
15.7.3. Pressupostos recursais objetivos	1154
15.7.3.1. Previsão legal, cabimento ou tipicidade recursal (É possível recorrer?)	1154
15.7.3.2. Adequação. (Qual o recurso cabível?). Estrita observância das formalidades legais – regularidade formal do recurso. (De que forma recorrer?)	1154
15.7.3.3. Preparo (tenho que pagar para recorrer?)	1156
15.7.3.4. Tempestividade (Qual o prazo para recorrer?)	1157
15.7.3.4.1. Prazo recursal. Contagem	1157

15.7.3.4.2.	Publicação da decisão (nascimento do direito de recorrer). Intimação (possibilidade do exercício do direito de recorrer)	1157
15.7.3.4.3.	Verificação do cumprimento do prazo recursal	1159
15.7.3.4.4.	Natureza dos prazos recursais	1160
15.7.3.4.5.	Contagem dos prazos	1160
15.7.3.4.6.	Intimação das decisões judiciais e contagem dos prazos recursais	1161
15.7.4.	Pressupostos recursais subjetivos	1168
15.7.4.1.	Legitimidade para recorrer	1168
15.7.4.1.1.	Legitimidade recursal do acusado e do defensor	1168
15.7.4.1.2.	Legitimidade recursal do Ministério Público	1168
15.7.4.1.3.	Legitimidade recursal do assistente da acusação	1169
15.7.4.1.4.	Assistente da acusação não habilitado nos autos e legitimidade para recorrer	1170
15.7.4.1.5.	Legitimidade recursal popular no rito do júri	1170
15.7.4.1.6.	Legitimidade recursal e fiança	1170
15.7.4.1.7.	Legitimidade recursal nas execuções criminais	1171
15.7.4.2.	Interesse em recorrer	1171
15.7.4.2.1.	Classificação da sucumbência	1171
15.7.4.2.2.	Interesse recursal da defesa	1172
15.7.4.2.3.	Interesse recursal do Ministério Público	1173
15.8.	Efeitos do recebimento dos recursos	1174
15.8.1.	Efeito devolutivo	1174
15.8.2.	Efeito suspensivo	1176
15.8.3.	Efeito iterativo, regressivo ou diferido	1178
15.8.4.	Efeito reiterativo	1178
15.8.5.	Efeito misto	1178
15.8.6.	Efeito extensivo	1178
15.8.7.	Efeito substitutivo	1179
15.8.8.	Efeito retroativo	1181
15.8.9.	Efeito translativo	1181
15.8.10.	Efeito dilatório – procedimental e efeito revelador recursal	1182
15.9.	Fundamentação das decisões que julgam os recursos	1182
15.10.	Julgamento pelo Tribunal de recursos. Linhas gerais	1183
15.11.	Extinção dos recursos. Modalidades	1183
15.12.	Eficácia nas novas normas recursais no transcurso do tempo	1185
15.13.	Classificação doutrinária dos recursos	1186
15.14.	Classificação geral das decisões judiciais no processo penal. Despachos de mero expediente. Decisões Interlocutórias. Decisões interlocutórias mistas. Decisões definitivas em sentido estrito e amplo. Sentença. Embargos declaratórios	1187
15.14.1.	Despachos de mero expediente	1187
15.14.2.	Decisões interlocutórias simples	1187
15.14.3.	Decisões interlocutórias mistas (ou decisões com força de definitivas)	1188
15.14.4.	Recorribilidade das decisões interlocutórias mistas	1188
15.14.5.	Decisões definitivas	1189

15.14.5.1.	Recorribilidade das decisões definitivas em sentido estrito e das decisões definitivas em sentido amplo ou terminativas de mérito	1189
15.14.5.2.	Sentença	1189
15.14.5.2.1.	Conceito.....	
	Classificação	1189
15.14.5.2.2.	Classificação das sentenças	1190
15.14.5.2.3.	Requisitos da sentença	1190
15.15.	Recursos em espécie. Embargos de declaração. Recurso em sentido estrito. Apelação. Procedimento e julgamento dos recursos em sentido estrito e das apelações nos tribunais. Apelação perante o Juizado Especial Criminal. Embargos infringentes e de nulidade. Embargos de declaração. Carta testemunhável. Recurso extraordinário. Recurso especial. Correição parcial. Agravo regimental. Recurso ordinário constitucional perante o STJ e o STF. Embargos de divergência perante o STJ e o STF. Recurso necessário ou Recurso ex officio	1191
15.15.1.	Embargos de declaração. Conceito. Hipóteses de cabimento	1191
15.15.1.1.	Prazos, endereçamento e processamento	1192
15.15.1.2.	Efeitos dos embargos	1193
15.15.2.	Recurso em sentido estrito	1194
15.15.2.1.	Conceito. Hipóteses de incidência. Possibilidade de sua interpretação extensiva	1194
15.15.2.2.	Cabimento	1194
15.15.2.3.	Caráter residual do recurso em sentido estrito	1195
15.15.2.4.	Não cabimento do recurso em sentido estrito	1195
15.15.2.5.	Hipóteses de cabimento do recurso em sentido estrito	1196
15.15.2.5.1.	Recurso em sentido estrito na legislação extravagante	1196
15.15.2.5.2.	Hipóteses de recurso em sentido estrito no CPP	1197
15.15.2.6.	Prazo, procedimento e efeitos do recurso em sentido estrito	1208
15.15.2.6.1.	Prazo	1208
15.15.2.6.2.	Procedimento	1208
15.15.2.6.3.	Efeitos do recurso em sentido estrito	1212
15.15.3.	Apelação	1214
15.15.3.1.	Conceito	1214
15.15.3.2.	Características essenciais	1214
15.15.3.3.	Denominações	1214
15.15.3.4.	Processamento em 1ª instância	1215
15.15.3.4.1.	Prazo para apelar	1215
15.15.3.4.2.	Modos de interposição da apelação	1215
15.15.3.4.3.	Interposição da apelação e limites do inconformismo	1215
15.15.3.4.4.	Razões e contrarrazões de recursos	1216
15.15.3.4.5.	Processamento da apelação	1219
15.15.3.4.6.	Cabimento do recurso de apelação	1219
15.15.3.4.7.	Apelação das decisões do júri	1220
15.15.3.4.7.1.	Recurso de fundamentação vinculada	1220
15.15.3.4.7.2.	Interposição e limites do apelo	1220
15.15.3.4.7.3.	Hipótese de cabimento das apelações do júri	1223
15.15.3.4.7.4.	Execução provisória das condenações proferidas pelo júri	1226

15.15.3.4.8.	Processamento das apelações nos tribunais	1227
15.15.3.4.9.	Quem julga as apelações?	1229
15.15.3.4.10.	Efeitos	1229
15.15.3.4.11.	Apelação perante o Juizado Especial Criminal	1230
15.15.3.4.12.	Julgamento da apelação e execução provisória da pena imposta	1231
15.15.3.5.	Embargos infringentes e de nulidade	1231
15.15.3.5.1.	Conceito	1231
15.15.3.5.2.	Prazo. Interposição	1231
15.15.3.5.3.	Órgão julgador dos embargos	1232
15.15.3.5.4.	Processamento dos embargos	1232
15.15.3.5.5.	Efeitos dos embargos	1233
15.15.3.5.6.	Embargos e recurso especial e extraordinário simultâneos	1233
15.15.3.5.7.	Embargos infringentes e competência originária	1233
15.15.3.6.	Declaração de inconstitucionalidade pelo Tribunal e cláusula de reserva de plenário	1234
15.15.3.7.	Carta testemunhável	1235
15.15.3.7.1.	Conceito	1235
15.15.3.7.2.	Prazo, endereçamento e processamento	1235
15.15.3.7.3.	Efeitos da carta	1237
15.15.3.8.	Recurso extraordinário	1237
15.15.3.8.1.	Conceito. Hipóteses de cabimento	1237
15.15.3.8.2.	Pressuposto de admissão	1237
15.15.3.8.3.	Condições de admissão	1237
15.15.3.8.4.	Disposições gerais do recurso extraordinário	1238
15.15.3.8.4.1.	Interposição por petição. Prazo. Requisitos	1238
15.15.3.8.4.2.	Pedido de concessão de efeito suspensivo	1238
15.15.3.8.4.3.	Oferecimento de contrarrazões e decisões possíveis a serem tomadas pelo Tribunal recorrido a respeito do recurso oferecido	1239
15.15.3.8.4.4.	Recurso cabível da decisão de inadmissibilidade do recurso extraordinário	1239
15.15.3.8.4.5.	Juízo de admissibilidade do recurso extraordinário pelo Supremo	1240
15.15.3.8.4.5.1.	Ofensa reflexa a Constituição	1240
15.15.3.8.4.5.2.	Desconsideração de vício formal	1240
15.15.3.8.4.5.3.	Análise da repercussão geral	1240
15.15.3.8.4.6.	Admissão do recurso extraordinário. Diligências do relator. Julgamento do recurso extraordinário pelo Supremo	1242
15.15.3.8.5.	Julgamento de recurso extraordinário repetitivo	1242
15.15.3.8.5.1.	Pressuposto	1242
15.15.3.8.5.2.	Procedimento. Selecionamento de processos representativos da controvérsia	1243
15.15.3.8.5.3.	Decisão de afetação positiva e negativa	1243
15.15.3.8.5.4.	Efeitos do julgamento dos recursos afetados	1244
15.15.3.8.5.5.	Diligências do relator	1245

15.15.3.8.6.	Efeitos do recurso extraordinário	1246
15.15.3.9.	Recurso especial	1246
15.15.3.9.1.	Conceito	1246
15.15.3.9.2.	Pressuposto de admissão	1247
15.15.3.9.3.	Condições de admissão	1247
15.15.3.9.4.	Disposições gerais do recurso especial	1249
15.15.3.9.4.1.	Interposição por petição.....	
	Prazo.....	
	Requisitos	1249
15.15.3.9.4.2.	Pedido de concessão de efeito suspensivo	1249
15.15.3.9.4.3.	Oferecimento de contrarrazões e decisões possíveis a serem tomadas pelo Tribunal recorrido a respeito do recurso oferecido	1250
15.15.3.9.4.4.	Recurso cabível da decisão de inadmissibilidade do recurso especial	1251
15.15.3.9.4.5.	Desconsideração de vício formal	1251
15.15.3.9.4.6.	Diligências que podem ser determinadas pelo relator	1251
15.15.3.9.4.7.	Possibilidade de julgamento monocrático do recurso especial pelo relator	1251
15.15.3.9.4.8.	Julgamento do recurso especial pela Turma	1252
15.15.3.9.5.	Julgamento de recurso especial repetitivo	1252
15.15.3.9.5.1.	Pressuposto	1252
15.15.3.9.5.2.	Procedimento. Selecionamento de processos representativos da controvérsia	1253
15.15.3.9.5.3.	Decisão de afetação positiva e negativa	1253
15.15.3.9.5.4.	Efeitos do julgamento dos recursos afetados	1254
15.15.3.9.5.5.	Diligências do relator	1255
15.15.3.9.6.	Efeitos do recurso especial	1255
15.15.3.9.7.	Execução provisória da condenação proferida ou confirmada pela 2ª instância. Conclusões. Visões críticas. Permanência da insegurança jurídica: decisões conflitantes do STF a respeito do tema. Questões particulares	1256
15.15.3.9.8.	Quem determinará a execução provisória?	1259
15.15.3.9.9.	Interposição conjunta de recurso extraordinário e especial	1260
15.15.3.9.10.	Recurso especial que versa sobre questão constitucional ..	1260
15.15.3.9.11.	Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário ...	1260
15.15.3.10.	Embargos de divergência perante o STF e o STJ	1261
15.15.3.10.1.	Conceito. Previsão normativa. Prazo	1261
15.15.3.10.2.	Hipóteses de cabimento	1261
15.15.3.15.3.	Regras gerais do recurso de embargos de divergência	1262
15.15.3.15.4.	Embargos de divergência e regimento interno	1262
15.15.3.15.5.	Efeitos da interposição dos embargos de divergência	1263
15.15.3.15.6.	Embargos de divergência são aplicáveis ao CPP?	1264
15.15.3.15.7.	O MP poderá opor embargos de divergência?	1264
15.15.3.16.	Embargos Infringentes junto ao STF	1264
15.15.3.16.1.	Conceito. Previsão Regimental. Hipóteses de cabimento	1264
15.15.3.16.2.	Prazo. Procedimento	1264

15.15.3.16.3. Embargos infringentes e competência originária	1265
15.15.3.16.4. Efeitos dos embargos infringentes junto ao STF	1266
15.15.3.17. Agravo Regimental em Matéria Penal junto ao STF e ao STJ	1266
15.15.3.18. Agravo Interno ou Agravo Regimental junto aos demais Tribunais	1268
15.15.3.19. Recurso Ordinário Constitucional perante o STJ pela denegação de <i>habeas corpus</i>	1268
15.15.3.20. Recurso Ordinário Constitucional perante o STJ pela denegação de mandado de segurança	1269
15.15.3.21. Recurso Ordinário Constitucional perante o STF pela denegação de <i>habeas corpus</i>	1271
15.15.3.22. Recurso Ordinário Constitucional perante o STF pela denegação de mandado de segurança	1271
15.15.3.23. Características comuns das hipóteses de recurso ordinário constitucional interpostos perante o STF e STJ, no caso de denegação de <i>habeas corpus</i> ou mandado de segurança	1272
15.15.3.24. Recurso Ordinário Constitucional perante o STF no caso de crime político	1273
15.15.3.25. Atuação do MP dos Estados e do DF perante o STJ e o STF	1273
15.15.3.26. Contagem dos prazos recursais: os prazos são contínuos ou somente devem ser contados os dias úteis?	1274
15.15.3.27. Correição parcial	1274
15.15.3.27.1. Conceito. Previsão legal	1274
15.15.3.27.2. Processamento e prazo da correição parcial	1276
15.15.3.27.3. Efeitos da correição parcial	1280
15.15.3.28. Recurso necessário ou recurso ex officio	1280
15.15.3.28.1. Conceito. Natureza jurídica	1280
15.15.3.28.2. Extensão e profundidade do recurso de ofício	1280
15.15.3.28.3. Prazo, endereçamento e processamento	1281
15.15.3.28.4. Hipóteses do recurso ex officio	1281
15.15.3.29. Casuística recursal	1282

Capítulo 16

Ações impugnativas 1285

16.1. Revisão criminal	1285
16.1.1. Conceito. Natureza jurídica	1285
16.1.2. Fundamento constitucional, convencional e legal	1285
16.1.3. Pressuposto da revisão criminal	1286
16.1.4. Legitimidade ativa e passiva na ação revisional	1287
16.1.5. Revisão criminal e capacidade postulatória	1288
16.1.6. Cabimento da revisão criminal	1288
16.1.7. Revisão criminal e prazo	1289
16.1.8. Revisão criminal e ônus probatório	1289
16.1.9. Hipóteses de cabimento da revisão criminal	1289
16.1.10. Nulidade manifesta em condenação transitada em julgado: deve-se ajuizar revisão criminal ou impetrar-se <i>habeas corpus</i> ?	1293
16.1.11. Competência para julgar a revisão criminal	1294
16.1.11.1. Revisão criminal e Tribunais Superiores	1294

16.111.2.	Revisão criminal e Juizados Especiais Criminais	1296
16.112.	Procedimento da revisão criminal	1296
16.113.	Resultados possíveis do julgamento da revisão	1297
16.114.	Recursos cabíveis da decisão colegiada que julga a revisão criminal	1298
16.115.	Revisão criminal e Júri	1298
16.116.	Certidão de óbito falsa que acarrete a extinção da punibilidade	1299
16.117.	Extinção da punibilidade e revisão criminal	1300
16.118.	Perdão judicial e revisão criminal	1300
16.2.	<i>Habeas corpus</i>	1300
16.2.1.	Conceito	1300
16.2.2.	Fundamento constitucional e legal	1300
16.2.3.	Terminologia do <i>habeas corpus</i>	1301
16.2.4.	Modalidades de <i>habeas corpus</i>	1301
16.2.5.	Legitimidade ativa e passiva do <i>habeas corpus</i>	1304
16.2.5.1.	Legitimidade ativa	1304
16.2.5.2.	Legitimidade passiva	1306
16.2.6.	Hipóteses de não cabimento do <i>habeas corpus</i>	1307
16.2.7.	Hipóteses de cabimento do <i>habeas corpus</i>	1310
16.2.8.	Processamento do <i>habeas corpus</i>	1313
16.2.8.1.	Requisitos da petição de <i>habeas corpus</i>	1313
16.2.8.2.	Processamento do <i>habeas corpus</i> em 1ª instância	1314
16.2.8.3.	Processamento do <i>habeas corpus</i> em 2ª instância	1316
16.2.9.	Competência para julgar <i>habeas corpus</i>	1317
16.2.10.	Intimação do julgamento do <i>habeas corpus</i> pelo Tribunal	1325
16.2.11.	<i>Habeas corpus</i> e recursos de decisões proferidas em 1ª instância	1326
16.2.12.	<i>Habeas corpus</i> substitutivo de recurso ordinário. <i>Habeas corpus</i> substitutivo dos demais recursos cabíveis e de revisão criminal	1326
16.2.13.	Efeitos da concessão de <i>habeas corpus</i>	1328
16.2.14.	Casuística do <i>habeas corpus</i>	1328
16.3.	Mandado de segurança contra decisões criminais	1334
16.3.1.	Conceito	1334
16.3.2.	Fundamento constitucional e legal	1334
16.3.3.	Conceito de direito líquido e certo	1335
16.3.4.	Cabimento do mandado de segurança na esfera processual penal. Casos mais comuns.	1335
16.3.5.	Mandado de segurança e pedido liminar. Mandado de segurança para conceder-se efeito suspensivo a recurso	1336
16.3.6.	Mandado de segurança e efeito constitutivo	1336
16.3.7.	Trancamento de inquérito ou processo mediante mandado de segurança	1337
16.3.8.	Mandado de segurança e efeito declaratório	1337
16.3.9.	Legitimidade ativa e passiva do mandado de segurança	1338
16.3.9.1.	Legitimidade ativa	1338
16.3.9.2.	Legitimidade passiva	1338
16.3.10.	Prazo	1339
16.3.11.	Competência para julgar mandado de segurança	1339
16.3.12.	Processamento do mandado de segurança em 1ª instância	1343

16.3.13.	Processamento do mandado de segurança em 2a instância	1345
16.3.14.	Inviabilidade da utilização de mandado de segurança contra lei em tese	1346
16.3.15.	Mandado de segurança e decisão judicial transitada em julgado	1346
16.3.16.	Mandado de segurança e recursos	1347
16.4.	Reabilitação criminal	1348
16.4.1.	Conceito	1348
16.4.2.	Pressuposto da reabilitação	1348
16.4.3.	Reabilitação: direito processual personalíssimo	1348
16.4.4.	Procedimento da reabilitação	1349
16.4.5.	Requisitos para a procedência do pedido de reabilitação	1349
16.4.6.	Revogação da reabilitação	1349
16.4.7.	Efeitos da reabilitação	1350
16.4.8.	Recurso cabível da decisão de reabilitação	1350
16.5.	Reclamação Constitucional	1351
16.5.1.	Conceito. Previsão constitucional e legal	1351
16.5.2.	Hipóteses de cabimento.....	
	Procedimento	1351
16.5.3.	Reclamação e súmula vinculante	1353

BIBLIOGRAFIA	1355
---------------------------	-------------